



BNP PARIBAS
PERSONAL FINANCE



Relatório & Contas

Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A.



Índice

1. Relatório do Conselho de Administração	03
2. Demonstrações Financeiras	32
3. Notas às Demonstrações Financeiras	37
4. Certificação Legal das Contas	78
5. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	80



1. Relatório do Conselho de Administração

Relatório do Conselho de Administração Referente à Atividade e Contas de 2011 do Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A.

1. Introdução	04
2. Enquadramento	04
2.1. Enquadramento Macroeconómico Internacional	04
2.2. Enquadramento Macroeconómico Nacional	05
2.3. Enquadramento Setorial	08
3. Atividade Desenvolvida	10
3.1. Crédito Concedido	10
3.2. Carteira de Créditos	11
3.3. Recursos e Organização	12
3.4. Desenvolvimentos e Projetos	15
3.5. Responsabilidade Social e Ambiental	17
3.6. Qualidade	18
3.7. Risco	19
3.8. Balanço e Conta de Exploração	20
3.9. Gestão dos Riscos Financeiros	21
3.10. Gestão do Capital e Rácio de Solvabilidade	27
4. Perspetivas Futuras	29
5. Proposta de Aplicação de Resultados	29
6. Notas Finais	30
7. Bibliografia	31

1. Introdução

O presente Relatório, elaborado pelo Conselho de Administração do Banco BNP Paribas Personal Finance S.A. (adiante designado por Banco), visa efectuar o balanço da atividade durante o ano de 2011, bem como proceder à apresentação das contas do Banco relativas ao mesmo período. Este Relatório, em que as actividades se apresentam enquadradas

no âmbito do plano estratégico definido para o triénio 2010 / 2012 denominado por Plano Industrial, traduz o elevado grau de concretização dos objectivos traçados e assim reflecte a realização de uma nova etapa de desenvolvimento do Banco num contexto de pós fusão entre o ex-Banco Cetelem e o ex-Credifin - Banco de Crédito ao Consumo.

2. Enquadramento

2.1. Enquadramento Macroeconómico Internacional

Durante o ano de 2011 assistimos ao agravamento da crise das dívidas soberanas na Área do Euro, ficando este período marcado pelos planos de resgate negociados para três países da Zona Euro – Grécia, Irlanda e Portugal. O rastilho iniciado pela Grécia e posteriormente alargado à Irlanda e a Portugal, levaram a intervenções de resgate suportadas pelo Fundo de Estabilização Europeu (adiante designado por FEE), constituído pelo Fundo Monetário Internacional (adiante designado por FMI) e pelo Banco Central Europeu (adiante designado por BCE).

Neste contexto, assistimos ao receio de contágio a outras economias da Zona Euro, penalizando fortemente as condições de financiamento e pondo em causa o acesso à liquidez necessária para sustentar o crescimento económico.

Em termos globais, e de acordo com o “European Economic Forecast - Autumn 2011 – Comissão Europeia”, a evolução do PIB registada na União Europeia em 2011 foi de

1.6% face a 2.0% em 2010. Esta evolução justifica-se pelo menor crescimento do PIB nos principais países da Europa, nomeadamente na Alemanha, no Reino Unido e em Itália. De facto, a Alemanha apresentou uma evolução estimada do PIB em 2011 de 2.9% face a 3.7% em 2010 e no caso do Reino Unido a estimativa aponta para um crescimento de 0.7% face a 1.8% em 2010. No mesmo sentido, o crescimento do PIB em Itália é estimado em 0.5%, face a 1.5% em 2010.

Saliente-se que, apesar dos crescimentos verificados na Zona Euro, verificou-se o aumento da taxa de desemprego, que no final de 2011 se cifrou em 10%.

O clima de arrefecimento da União Europeia foi também verificado nas principais economias do resto do mundo, nomeadamente, nos Estados Unidos da América (1,6% vs 2% em 2010), na China (9,2% vs 10,3% em 2010), na Índia (7,4% vs 8,5% em 2010) e no Brasil (2,9% vs 7,4% em 2010).

	2009	2010	2011P
UE (27 Membros)	-4,2%	2,0%	1,6%
UEM (15 Membros)	4,1%	1,9%	1,5%
Portugal	-2,6%	1,4%	-1,9%
Alemanha	-4,7%	3,7%	2,9%
EUA	-2,7%	3,0%	1,6%

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO PIB EM %
 FONTE: COMISSÃO EUROPEIA

Devido ao contexto de grande incerteza que se viveu em 2011, as agências de rating internacionais procederam frequentemente a revisões em baixa dos ratings de diferentes países. De facto, os países alvo de assistência

financeira foram os mais impactados, como se pode comprovar no gráfico seguinte que nos mostra o rating da Standard & Poor's com referência a dezembro de 2011.

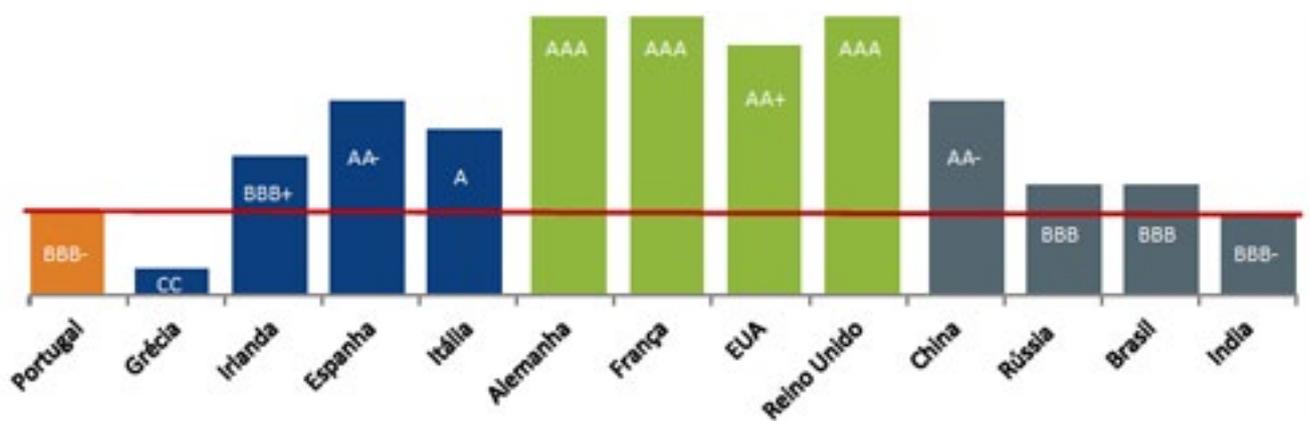


GRÁFICO 1 – COMPARAÇÃO DO RATING STANDARD & POOR'S DA REPÚBLICA PORTUGUESA COM PAÍSES DE REFERÊNCIA EM DEZEMBRO DE 2011

De realçar que apenas a Alemanha, a França e o Reino Unido mantinham a nota máxima AAA

a 31 de dezembro de 2011.

2.2. Enquadramento Macroeconómico Nacional

Durante o ano de 2011 o cenário de crise em Portugal avolumou-se face ao ano anterior, confirmando as piores perspetivas aquando do início do ano. Num quadro de crise da dívida soberana na área do euro, as necessidades de financiamento externo persistentes e elevadas levaram a que as necessidades de funding em Portugal se tornassem insustentáveis. “Empurrado” para uma situação muito difícil nos

mercados financeiros, o Governo Português dirigiu à Comissão Europeia um pedido de assistência financeira, por forma a garantir as condições de financiamento do País, sistema financeiro e economia.

Esta realidade decorreu da situação económica que se vinha a degradar continuamente nos últimos anos, sendo que os juros da dívida

portuguesa já tinham ultrapassado a barreira dos 7% definida pelo Ministro das Finanças

como o “trigger” para o despoletar do pedido de auxílio externo.

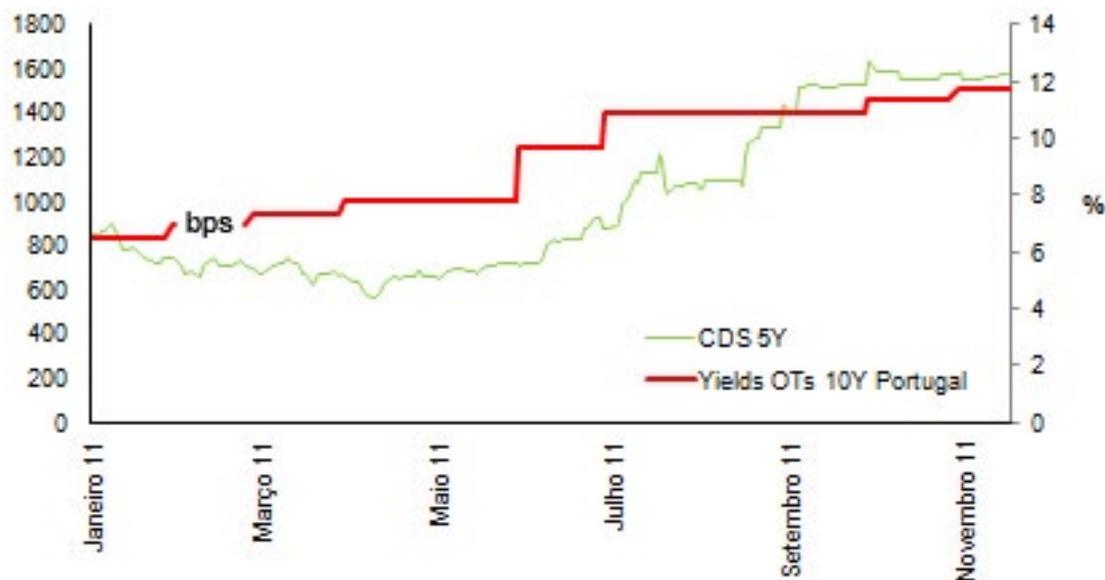


GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DOS CREDIT DEFAULT SWAPS (5 ANOS) EM PORTUGAL E DAS YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DE TESOIRO (10 ANOS) DA REPUBLICA PORTUGUESA

Neste contexto, Portugal assinou a 17 de maio de 2011 o “Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica” (adiante designado por MOU ou Memorando) que reflete um conjunto de medidas consideradas necessárias para garantir a solvabilidade da República. O plano de ajuda externa, consubstanciado no Memorando negociado entre o Governo e a Troika, disponibilizou um empréstimo de 78 mil milhões de euros até 2013. Desta forma, Portugal teve a possibilidade de obter mais tempo para reduzir o seu défice orçamental e assim cumprir com os critérios do Pacto de Estabilidade e Crescimento, sendo que as metas foram revistas e o país assumiu o compromisso de alcançar o limite do défice de 3% do PIB em 2013.

As medidas a que Portugal se comprometeu visam o ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural acumulados ao longo dos últimos anos. É

nesta conjuntura de austeridade que Portugal apresentou um decréscimo do PIB estimado em -1,6% em 2011 que compara com um crescimento de 1,3% verificado em 2010.

Esta evolução negativa do PIB resulta principalmente da queda significativa da procura interna (-5,2%), tanto da procura privada como da procura pública, num quadro de desalavancagem do setor bancário e de consolidação orçamental. Em sentido contrário, registou-se o crescimento das exportações, mas não suficiente para acompanhar a redução da procura interna.

O ano de 2011 fica ainda marcado pelo aumento da taxa de desemprego, sendo que os dados a dezembro revelam que a taxa de desemprego no país ascendeu a 12,6%, um valor que supera a média da Zona Euro e a média da União Europeia, representando o valor mais elevado que alguma vez se registou em Portugal.

O défice orçamental de Portugal em 2011 estima-se que se situe por volta dos 4% do PIB (contra os 5.9% do PIB, objetivo inscrito

no MOU), largamente influenciado pela transferência do Fundo de Pensões da Banca para o regime geral da Segurança Social.

Portugal	2009	2010	2011 Estimativa	2012 Previsão
PIB	-2,5%	1,3%	-1,6%	-3,1%
Procura Externa	-2,9%	0,6%	-5,2%	-6,5%
Exportações	-11,6%	8,8%	7,3%	4,1%
Importações	-10,6%	5,1%	-4,3%	-6,3%
Inflação	-0,9%	1,4%	3,6%	3,2%
Desemprego	10,6%	12%	12,6%	13,6%

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS ECONÓMICOS DE PORTUGAL
FONTES: BANCO DE PORTUGAL – BOLETIM ECONÓMICO DE INVERNO 2011 E COMISSÃO EUROPEIA (DESEMPREGO)

Para 2012 prevê-se uma forte contração do PIB para cerca de -3,1%, segundo o Banco de Portugal no seu “Boletim Económico de Inverno”, em consequência das medidas restritivas impostas pelo Plano de Assistência Económica e Financeira e reforçadas pelo Orçamento de Estado de 2012. De entre as medidas acordadas com as instâncias Internacionais, destacamos, do lado da Receita, as seguintes:

- ▶ o aumento do IVA, devido ao alargamento da taxa normal a produtos que anteriormente estavam sujeitos a taxa reduzida ou intermédia;
- ▶ a implementação de portagens nas SCUTS (Autoestradas sem custos para o utilizador até hoje);
- ▶ o aumento das taxas moderadoras na saúde;
- ▶ o aumento da tributação sobre as famílias através redução dos benefícios fiscais em sede de IRS;
- ▶ o agravamento da tributação sobre os rendimentos empresariais.

Do lado da Despesa verificamos:

- ▶ a suspensão diferenciada e progressiva dos subsídios de férias e de natal para funcionários públicos e pensionistas;
- ▶ a manutenção do corte de salários e pensões aplicado em 2011 e não atualização das tabelas de remunerações e pensões;
- ▶ a redução de efetivos na Administração Pública;
- ▶ a redução da despesa pública com a Saúde;
- ▶ as alterações nas normas do subsídio de desemprego;
- ▶ a redução das despesas de capital, através da revisão dos planos de investimento das empresas públicas.

O impacto esperado das medidas apresentadas será a contração do consumo e investimento público e a redução sem precedentes do rendimento disponível real das famílias devido, essencialmente, ao corte dos subsídios de Natal e Férias.

2.3. Enquadramento Setorial

Na sequência da assinatura do MOU com a Troïka, foram postas em práticas diversas medidas de ajustamento associadas à banca e à sua capitalização. Um dos pilares desse programa passa pelo processo de desalavancagem da Banca, que se encontra obrigada a respeitar um rácio de transformação máximo de 120% em 2014 bem como reforçar os seus capitais próprios, nomeadamente a obrigatoriedade de cumprimento pelos bancos portugueses de rácios de “Core Tier 1” não inferiores a 9% até 31 de dezembro de 2011 e não inferiores a 10% até 31 de

dezembro de 2012. Para o caso dos bancos não conseguirem cumprir com estes novos rácios dentro do prazo estabelecido, ficou previsto no Memorando a possibilidade do Estado Português vir a participar no capital dos bancos ficando disponível, para esse efeito, o montante de 12 mil milhões de euros.

Neste contexto, assistiu-se ao longo do ano de 2011 a uma “corrida” à captura de depósitos por parte das diferentes instituições bancárias a operar em Portugal, como podemos observar no Gráfico 3:

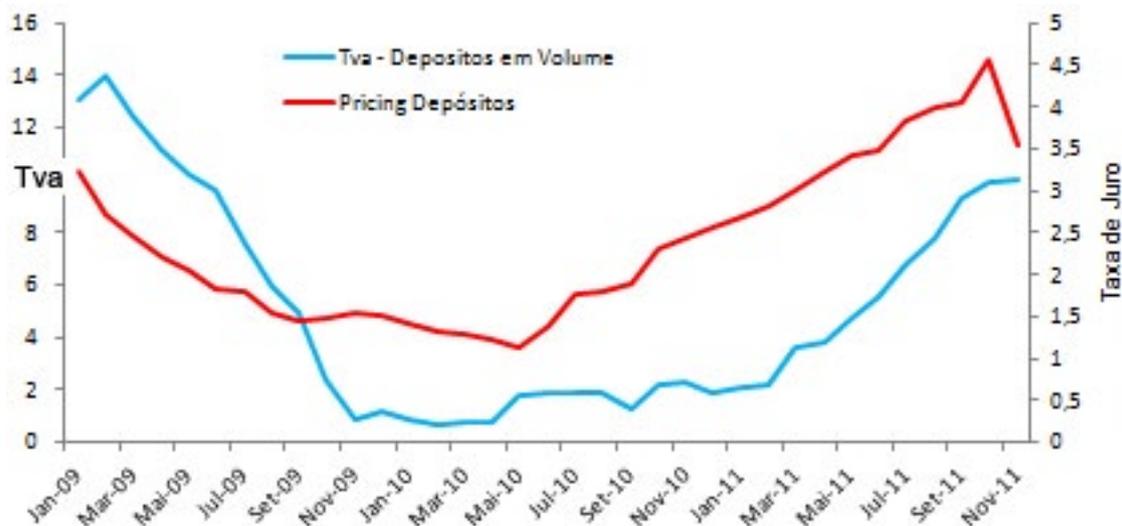


GRÁFICO 3 – DEPÓSITOS E EQUIPARADOS DE PARTICULARES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MONETÁRIAS – DEPÓSITOS COM PRAZO ACORDADO - TAXAS DE VARIAÇÃO ANUAL E TX JURO NOVAS OPERAÇÕES
 FONTE: BANCO DE PORTUGAL

Por outro lado, a política de concessão de crédito manteve-se bastante restritiva apesar dos apelos efetuados pelo Governo Português para que haja disponibilidade da banca para injetar dinheiro na economia. No gráfico

4 vemos que a concessão total de crédito diminuiu significativamente, sendo que as Pequenas e Médias Empresas foram as mais afetadas:

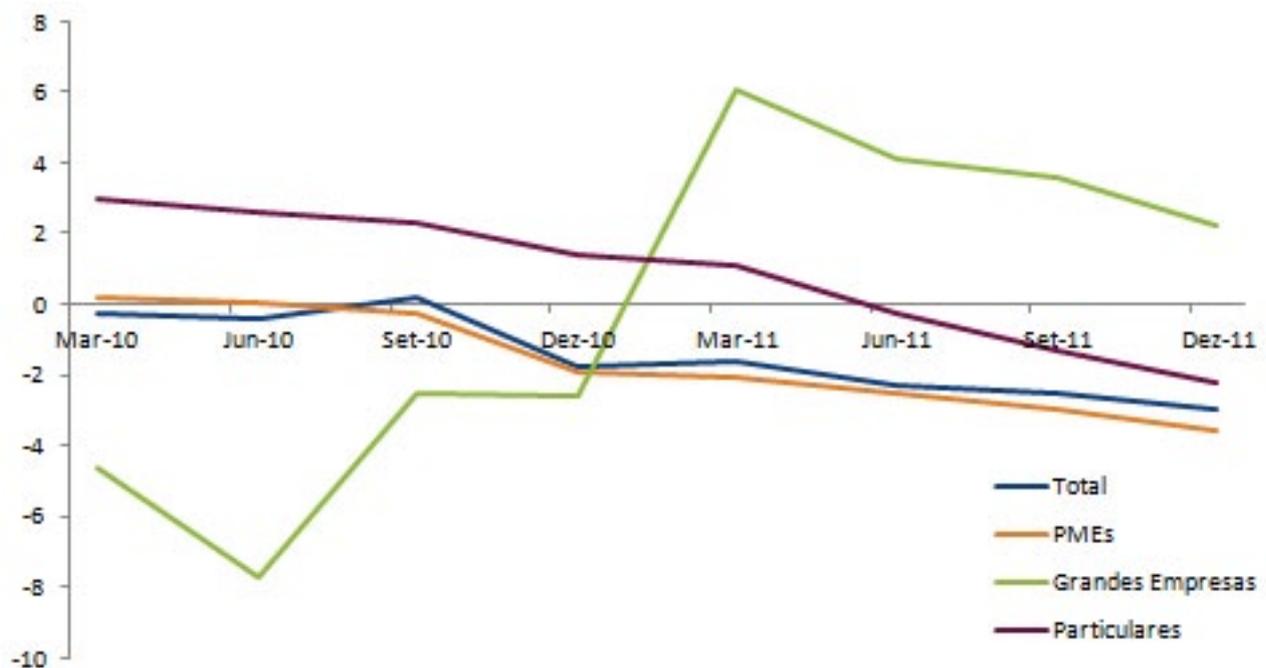


GRÁFICO 4 – EMPRÉSTIMOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS A SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - T.V.H.
 FONTE: BANCO DE PORTUGAL

Os empréstimos de instituições de crédito a particulares estagnaram em 2011, terminando o ano a diminuir cerca de 2,2% face ao ano anterior. Saliente-se que o recurso ao crédito junto dos bancos destina-se maioritariamente ao financiamento da compra de habitação, representando este cerca de 78% do total do crédito concedido a particulares.

No que concerne às entidades de crédito especializado e de acordo com os dados fornecidos pela Associação de Instituições de Crédito Especializado (adiante designado por ASFAC), o montante de novos créditos ao consumo concedidos pela globalidade das associadas decresceu cerca de 18% face a 2010.

Neste contexto, o setor automóvel, incluindo a atividade Leasing e ALD, apresentou um decréscimo de 22%, sendo que na atividade Distribuição verificou-se um decréscimo de 12%. Por último a atividade Direto registou uma redução de cerca de 9% face a 2010.

No entanto, em termos consolidados (Bancos, SFAC's e IFIC's), o mercado do crédito ao consumo decresceu cerca de 4% até novembro de 2011, atingindo um valor total estimado de cerca de 19,1 mil milhões de euros. Com base nestes dados, verificou-se que a quota de mercado do Banco BNP Paribas Personal Finance, em novembro de 2011, se situou em torno dos 7,3%.

3. Atividade Desenvolvida

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A., opera sob a marca comercial “Cetelem”, sendo a sua atividade focada na concessão de crédito especializado, atuando no mercado através de

acordos de parceria com estabelecimentos comerciais e de crédito comercializado diretamente a particulares.

3.1. Crédito Concedido

O volume de novos créditos totalizou, em 2011, cerca de 600 milhões de euros, num total de 289 mil novos contratos, dos quais cerca de 346 milhões de euros são referentes a Crédito Clássico – Equipamento do Lar, Automóvel e Empréstimo Pessoal – e os restantes 254 milhões de euros a cartões de crédito e linhas de crédito.

Cerca de 48% da produção supra referida foi realizada através da rede de parceiros do setor do Lar – lojas de eletrodomésticos e móveis – cerca de 29% foi realizada através da rede de parceiros do setor Automóvel e Moto – marcas, agentes e stands multimarca – e os restantes 23% foram concedidos diretamente aos clientes.

Milhares de Euros	Total 2011	Δ 11/10
Lar	285.637	-12%
Automóvel	174.981	-18%
Empréstimo Pessoal	138.976	-5%
Produção Total	599.594	-12%
Clássico	345.717	-17%
Cartões e Linhas de Crédito	253.877	-6%

TABELA 3 – DETALHE POR SETOR DA PRODUÇÃO ANUAL

Setor do Lar

De acordo com dados relativos a 2011 do “Observador Cetelem”, estudo de mercado realizado pelo Banco BNP Paribas Personal Finance, estima-se que o mercado do equipamento do Lar tenha registado um decréscimo de 6% no Volume de Negócios (inclui vendas a crédito e vendas a pronto pagamento) face a 2010. De acordo com o mesmo estudo, estima-se que a evolução dos principais subsectores do mercado do Lar em 2011 tenha sido a seguinte:

- ▶ Mobiliário: -1%;
- ▶ Eletrodomésticos: -10%;
- ▶ Eletrónica de consumo: -12%;
- ▶ Informática: -2%;
- ▶ Bricolage: -5%.

De uma forma geral, todos os setores apresentam uma evolução negativa face a 2010, facto consistente com a redução do consumo privado e em consonância com o contexto de crise que se viveu em 2011.

Setor Automóvel

O mercado Automóvel registou uma diminuição de 30% nas matrículas de veículos ligeiros em 2011, sendo de salientar que em dezembro a quebra foi de 51% face ao mês homólogo. Esta evolução do mercado Automóvel justificase com a grande incerteza vivida durante o ano devido ao contexto de crise, levando os consumidores a adiarem as suas decisões de compra para o futuro. De realçar que a concessão de crédito Automóvel pelo BNPP PF decresceu menos que o mercado garantido

assim um aumento de quota (dados ASFAC).

No que respeita ao mercado Moto, assistimos também a diminuição de cerca de 6% no total das matrículas face a 2010. De realçar que 73% das matrículas referem-se a motociclos de 125 centímetros cúbicos de cilindrada, em virtude das alterações legais implementadas no final de 2009, mas ainda com forte efeito em 2011 e que passa pela alteração das habilitações necessárias para a condução destas motos.

Setor do Crédito Pessoal

A atividade de Crédito Pessoal do Banco registou uma ligeira quebra (-5%) em 2011 face ao ano transato, resultante de um menor investimento publicitário. Ainda assim, este

desempenho superou o mercado (dados ASFAC) que, em 2011, decresceu 9%. Desta forma, assistimos também nesta atividade a um ganho de quota de mercado do Banco.

3.2. Carteira de Créditos

A carteira de crédito gerido totalizava, no final do ano, 1.416 milhões de euros repartidos por cerca de 850 mil contratos. A sua repartição

por tipo de produto era a seguinte a final de 2011:

Milhões de Euros	Final de 2011	Δ 11/10	Total 2010
Distribuição	104.9	-14%	121.4
Cartões e Linhas de Crédito	441.7	-1%	444.8
Automóvel	562.8	1%	556.5
Empréstimo Pessoal	306.5	0%	305.4
Carteira de Créditos Total	1 415.9	-1%	1 428.1
Do qual Financiamento de Stocks	16.4	-8%	17.7

TABELA 4 – DETALHE DA CARTEIRA DE CRÉDITOS

Da análise da estrutura da carteira decorre que o Automóvel é o produto que apresenta maior peso na carteira de créditos, representando cerca de 40% do total dos créditos em curso (contra 39% a final de 2010). Este fator resulta,

essencialmente, de uma duração média mais longa que caracteriza este tipo de créditos.

Inversamente, a Distribuição é o setor com menor peso na carteira de crédito,

representando cerca de 7% do total dos créditos em curso (contra 9% no final de 2010), decorrente, essencialmente, de uma duração média relativamente curta que caracteriza este tipo de créditos (cerca de 16 meses) por comparação com os outros setores.

Os cartões e linhas de crédito representam também um peso significativo na carteira de

crédito do Banco, totalizando cerca de 31% do total dos créditos em curso em linha com o ano anterior.

O peso relativo do empréstimo pessoal na carteira de crédito do Banco permanece estável, representando cerca de 22% do total dos créditos em curso.

3.3. Recursos e Organização

O quadro de efetivos do Banco no final de 2011 era constituído por 657 colaboradores, sendo que esta população era constituída por 62% de

mulheres e 38% de homens com uma idade média de 34 anos.

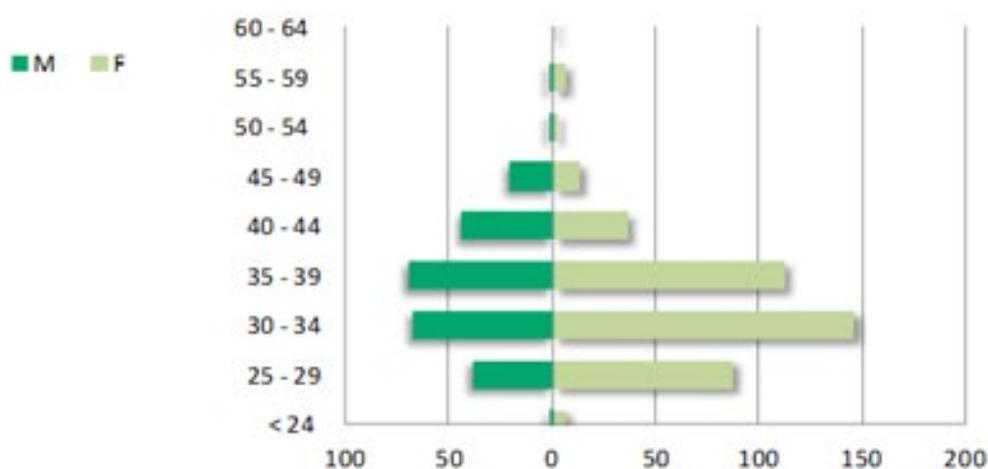


GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL POR ESCALÃO ETÁRIO

Saliente-se que 72% dos colaboradores apresentam uma antiguidade inferior a 9 anos, sendo a antiguidade média da Empresa de 7 anos e que os efetivos da empresa se encontram geograficamente repartidos entre Lisboa e Gaia (62% encontravam-se em Gaia no final do ano).

Durante o ano de 2011 verificou-se uma redução de 5% dos efetivos face a dezembro de 2010 decorrente da redução da atividade.

Os principais projetos desenvolvidos na Direção de Recursos Humanos em 2011 foram os seguintes:

Centralização da atividade operacional

A Centralização de toda a Recuperação de Crédito da empresa em Gaia foi um dos principais projetos implementados durante o ano de 2011, tendo sido desenvolvidas

soluções para os 53 colaboradores que exerciam funções na Recuperação de Crédito em Lisboa.

Projeto Qualidade

O Projeto Qualidade desenvolvido na Empresa por várias Direções é também um projeto de grande importância para Direção de Recursos Humanos, na ótica de reflexão e melhoria das condições de trabalho e de

vida dos nossos colaboradores, tendo sido realizados vários acordos de parcerias com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e vida aos nossos colaboradores.

Gestão Individual de Carreiras

2011 foi o ano que marcou a implementação na organização de uma lógica de gestão individual de carreiras.

Associada à gestão individual de carreiras está a identificação e sinalização dos colaboradores

de elevado potencial da organização, bem como a identificação de grupo de colaboradores como “Talento” que será alvo de um programa de desenvolvimento específico a implementar em 2012.

Mobilidade | Recrutamento e Seleção

No ano de 2011 verificou-se uma clara desaceleração do recrutamento externo face a 2010 (redução de quase 50%), em favor da valorização do recrutamento e movimentação interna de colaboradores. Assim, observaram-

se 156 movimentos internos, relacionada com alguns processos de reestruturação interna com vista ao reforço de sinergias e otimização da estrutura produtiva.

Política Formativa

Apresentam-se de seguida, em detalhe, indicadores relativos a participações, números

de sessões, e volume de formação.

Participações¹ e Sessões de Formação do Ano de 2011

N.º de Participações

- Internas	4.370
- Externas	839

N.º de Sessões

- Internas	461
- Externas	138

¹ Soma de participações em sessões de formação de todos os colaboradores (incluindo TT's). Por exemplo, se no mesmo ano um colaborador frequentar três sessões de formação, é contabilizado 3 vezes.

Volume² de Formação 2011 Por Tipo de Entidade (Interna vs. Externa)

Interna	13.359 Horas
Externa	16.324 Horas
Global	29.683 Horas

² Somatório das horas frequentadas por todos os formandos (i.e., somatório do n^o de horas de cada sessão de formação x número de formandos por sessão).

Global People Survey (“GPS”) 2011

Global People Survey (“GPS”) continua a ser a uma pedra basilar na nossa atividade, considerado como um momento privilegiado pelo Grupo, Empresa e Direção de Recursos Humanos, para a medição da satisfação dos nossos colaboradores quanto às Políticas e Práticas da Empresa. Até ao final do ano de 2011 ficou, como habitualmente, definido

o Plano de Ação GPS 2011, sempre com o objetivo de melhorarmos os índices de insatisfação mais significativos - retribuição, carreiras e formação. Neste âmbito estão definidos planos de ação bem estruturados e em desenvolvimento desde meados de 2011, e que acreditamos ver recompensados nos resultados do GPS 2012.

Avaliação de desempenho

O sistema de Avaliação de Desempenho, baseado no Modelo PFM - Personal Finance Management praticado pelo Grupo BNP Paribas é o pilar dos principais Processos de Gestão de Recursos Humanos, dado que fornece inputs para a tomada de decisão em áreas fundamentais como: Formação, Gestão de Carreiras e Política Retributiva.

A avaliação anual dos colaboradores, materializada através da Entrevista Anual de Evolução (EAE), é realizada por todos os colaboradores do Banco admitidos até 30 de setembro de cada ano.

Política Salarial

Foi emitida pela Direção de Recursos Humanos do Banco BNP Paribas Personal Finance, Norma interna dirigida aos membros do Conselho de Administração e de Direção, reportando a Política Salarial existente que visa reconhecer e recompensar os contributos individuais de todos os colaboradores para a consecução dos objetivos estratégicos do Banco e, assim, assegurar a competitividade da prática retributiva, de forma a garantir a atração, retenção e motivação dos colaboradores,

retribuindo-os de forma equitativa, assegurando a credibilidade dos critérios remunerativos, articulando os conteúdos funcionais e os desempenhos individuais e minimizando as situações de iniquidade salarial.

A política de remuneração em vigor é, na perspetiva do Banco, adequada e proporcional à sua dimensão e organização. No entanto a mesma está a ser revista, de forma a dar total cumprimento ao recentemente publicado Aviso

10/2011 do Banco de Portugal.

A Direção de Recursos Humanos do Banco tem a responsabilidade de definir, planear, propor e controlar a implementação da Política Salarial do Banco com:

- ▶ Diagnósticos da Prática Retributiva: Anualmente a Direção de Recursos Humanos procede ao diagnóstico da prática retributiva através de um Estudo Salarial, considerando:
 - ▷ Nível de Equidade Interna;
 - ▷ Competitividade com o mercado de referência.

O objetivo fundamental é manter de forma sustentada a articulação do posicionamento competitivo do Banco com as exigências e necessidades do negócio, considerando criteriosamente a relação entre os aumentos de produtividade e os incrementos de custos com pessoal.

- ▶ Revisão Salarial: Anualmente a Direção de Recursos Humanos procede ao levantamento das propostas de revisão salarial individual, fundamentadas por:
 - ▷ Posicionamento retributivo interno vs externo;
 - ▷ Resultado da Avaliação de Desempenho;

3.4. Desenvolvimentos e projetos

Do ponto de vista de desenvolvimentos e projetos, durante o ano de 2011 foi dada continuidade à gestão de projetos prioritários identificados no âmbito do Plano Industrial

Propostas de incrementos por mérito do colaborador, apresentadas por cada responsável de departamento/equipa;

A Direção de Recursos Humanos reúne todas as propostas discutidas com o Diretor Funcional, realiza os seus controlos e apresenta-as ao Comité Executivo para aprovação e validação. À Região e ao Central cabe a validação final.

- ▶ Remuneração Variável – Bónus Anual: É da exclusiva competência do Comité Executivo e mediante aprovação do Conselho de Administração que é feita a atribuição anual de bónus.

O bónus anual atribuído aos colaboradores é efetuado de acordo com os princípios e montantes retributivos definidos, tendo em consideração os resultados dos Objetivos Individuais definidos e avaliação de desempenho.

O cálculo do Bónus terá em consideração o resultado de Objetivos Coletivos (30%), relacionados com a Performance do Banco e Objetivos Individuais (70%), relacionados com a Performance Individual de cada colaborador, bem como a respetiva tipologia de função e o target de bónus definido.

(plano de desenvolvido estratégico e de sinergias a 3 anos). Há a destacar as seguintes concretizações:

Projetos no âmbito do Conhecimento de Clientes

Estratégia Clientes: foi desenvolvida e implementada uma visão Cliente comum entre Risco e Marketing, que criou condições para a utilização de uma estratégia estruturada de abordagem comercial ao Cliente. Foram também desenvolvidos processos sistemáticos e integrados de comunicação com o Cliente.

Evolução do Posto de Trabalho: foram

implementadas várias melhorias do ponto de vista operacional, a par de ferramentas integradas no sistema de gestão, que têm por objetivo final aumentar a eficácia comercial.

Otimização da Cadeia de Transformação: implementação e ajustamento de diversas medidas com o objetivo de melhorar a eficiência global da cadeia de transformação, em linha com os objetivos propostos.

Projetos no âmbito de Desenvolvimento Comercial (B2B)

Inovação na Distribuição: concretizou-se o lançamento de cartões de crédito co-branded com várias parcerias: Moviflor, Rádio Popular, Salvador Caetano e Renault. As principais

insígnias da Distribuição (Top 6) estão atualmente equipadas com um cartão gerido por PF Portugal.

Projetos no âmbito de Eficiência Operacional

Execução de projetos de consolidação de sistemas de informação (ex-Credifin) e de sistemas distribuídos: Estes projetos criaram condições para a uniformização da plataforma tecnológica e aplicacional, bem como a unificação de bases de dados com a consequente vantagem de criação de visão e gestão global do Cliente.

Desenvolvimento do sistema de gestão de portefólio de cartões com vista à centralização num único sistema de toda a carteira. Foi desenvolvido um front-end para tratamento de pedidos de adesão no âmbito da parceria Sonae e igualmente um novo sistema de gestão do negócio automóvel (Crédito, Leasing e ALD).

Organização e Gastos Gerais: foi revista e

reformulada a lógica e os circuitos de gestão orçamental, tendo resultado na criação do departamento de Compras. Em paralelo foi também implementada uma metodologia de identificação de sinergias adicionais entre projetos do Plano Industrial.

Otimização Operacional: materializada na nova organização do perímetro COO, e suportada pelos projetos de integração e uniformização de sistemas de informação. Procedeu-se também à criação do departamento ACE e BPM, cuja missão é a implementação e difusão de práticas de melhoria contínua e sustentada que sejam consolidadas e apropriadas por todas as áreas da organização, bem como o mapeamento, a revisão e otimização de todos os processos de negócio.

Projetos de âmbito transversal

Contencioso: desenvolvimento de ações para identificação das melhores práticas existentes e utilizadas no universo do Grupo BNP Paribas Personal Finance e implementadas as que foram consideradas mais relevantes e adequadas. Desta forma alcançou-se uma uniformização e otimização de processos internos de gestão e controlo da atividade.

Seguros: após a realização de análise detalhada da situação, foram propostos, aceites e implementados diferentes eixos de melhoria e crescimento, materializados em planos de ação que se aplicaram às diferentes *Business Units*.

3.5. Responsabilidade social e ambiental

No Banco BNP Paribas Personal Finance S.A., a responsabilidade social traduz-se na inclusão voluntária de preocupações com as questões sociais e ambientais nos serviços prestados pelo banco, procurando sensibilizar colaboradores, clientes e parceiros de negócio para estas temáticas.

Nesta perspetiva, a política de responsabilidade social do banco assenta em vários eixos

desde o cumprimento da legislação aplicável à atividade do banco, garantindo a total transparência da informação prestada aos seus clientes, à aposta na qualidade e certificação do serviço de Provedor do Cliente e promovendo o diálogo constante com o cliente, associações de consumidores e entidades de supervisão. Destaca-se ainda o apoio a iniciativas sociais em domínios como o ambiente, educação e solidariedade.

Educação

No plano da educação, o banco elegeu como sua máxima: informar e formar. Assim, o BNP Paribas Personal Finance S.A. aposta na criação e atualização de um site específico para divulgação de informação sobre o crédito ao consumo, o www.creditoresponsavel.com. Destaca-se neste site a disponibilização de um glossário dos vários termos associados ao crédito, um conjunto de minutas para utilização pelos consumidores nas mais diversas situações (solicitação de extratos de conta, alteração de dados pessoais, ativação de seguro, entre outras), e a calculadora do check-up financeiro, ferramenta que permite

ao cliente fazer uma análise da sua situação financeira e obter outputs com recomendações para a constituição de um Plano de poupança.

Neste âmbito, o banco tem vindo a realizar, desde finais de 2010, sessões de literacia financeira em várias escolas secundárias da área da grande Lisboa e grande Porto, com vista a dotar os jovens alunos de conhecimentos que venham no futuro a ser-lhes úteis enquanto consumidores. Mais de 40 escolas já receberam a visita da equipa de Provedor do Cliente, tendo sido impactados já cerca de 2.500 alunos.

Solidariedade

Na área da solidariedade engloba-se o apoio a associações e projetos de cariz social. O banco apoia desde 2008 a Casa de Acolhimento Mão Amiga, um centro de acolhimento de crianças em risco (retiradas à família de origem por negligência, maus-tratos, violência familiar), que visa proporcionar a estas crianças os cuidados básicos e o acompanhamento necessário para potenciar o seu desenvolvimento. O Banco apoia financeiramente a associação e

desenvolve ações lúdicas com os meninos, contando com a participação voluntária dos seus colaboradores.

Inclui-se nesta categoria também o nosso apoio a projetos no âmbito da política de Mecenato do BNP Paribas Portugal nas quais os colaboradores do banco são voluntários e dos quais salientamos o projeto Mão2 que consiste no apoio a diversas instituições.

Ambiente

As ações desenvolvidas neste âmbito visam a proteção do meio ambiente e a promoção de uma melhor gestão de recursos naturais. Destacam-se as parcerias existentes com a ANEFA (Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente) e com a LPN (Liga para a Proteção da Natureza) desde 2009. O banco tem vindo a contribuir para reflorestação de áreas ardidas e, com o apoio dos seus colaboradores, na limpeza de áreas degradadas, florestas e parques.

Por outro lado, o banco promove também a redução de consumo de papel junto dos seus clientes, colocando à sua disposição meios digitais, que permitem aos clientes a consulta

online do seu extrato e saldo de conta, sem necessidade de impressão e expedição do mesmo por parte do banco.

Internamente existe também uma forte consciencialização dos colaboradores para estas questões. Práticas como a reciclagem de materiais ou alerta para consumo imprescindível de energia são já comuns, sendo ainda reforçadas por ações extra desenvolvidas ao longo do ano como a distribuição de garrafas térmicas ecológicas e reutilizáveis que permitem utilizar menos copos de plástico e ações de recolha de medicamentos para reciclagem.

3.6. Qualidade

O Dispositivo de Qualidade do Banco assenta em princípios basilares de extrema relevância como a Independência, a Transversalidade do sistema no seio de todo o Banco, bem como a Visibilidade do dispositivo enquanto eixo de comunicação da política de qualidade de serviço.

Em 2011 o Programa de Qualidade do Banco continuou a prossecução dos seus objetivos, tendo renovado pelo 3º ano consecutivo a certificação de qualidade do serviço de Provedoria do Cliente (Norma ISO 9001/2008), através de Auditorias Externas independentes.

Durante este período, a melhoria contínua do serviço prestado aos nossos clientes continuou a ser prioritário, com o desenvolvimento e implementação de um workflow otimizado de gestão de solicitações e reclamações recebidas no âmbito do serviço da Provedoria do Cliente, com ganhos de eficiência na gestão, tratamento, seguimento e arquivo documental.

Durante o ano apostámos na medição, acompanhamento e implementação de ações de melhoria sobre o nível de satisfação do serviço prestado aos nossos clientes e parceiros comerciais. Neste âmbito, a realização de Barómetros de Satisfação a Clientes e Parceiros Comerciais foi reforçada, tendo ainda sido otimizado o seguimento mensal dos resultados associados aos questionários de satisfação sobre o tratamento de solicitações e reclamações.

Com vista ao reforço da transversalidade do dispositivo de qualidade, a atividade continuou a ser acompanhada em complemento pelas designadas “Visitas de Qualidade” ao Front-Office, ao Back-Office e às estruturas comerciais do Banco, com o objetivo de fomentar e controlar a qualidade de serviço e a exigência de uma conduta exemplar a todos os colaboradores e Departamentos. Para este efeito, foi dinamizado o Plano Global de Qualidade da empresa com participação transversal e acompanhamento em Comitês de Qualidade trimestrais.

Na vertente interna, o sistema global de

qualidade foi reforçado com a aposta na proximidade permanente e integral das chefias de topo à atividade e aos colaboradores dos vários departamentos, bem como com a dinamização de escutas cliente e de visitas presenciais aos vários departamentos operacionais representativos da atividade do Banco. Neste domínio, e em complemento, reforçámos também o acompanhamento dos níveis de satisfação do cliente interno, com vista à melhoria da qualidade do serviço entre Departamentos que em substância melhorará a qualidade de serviço ao cliente final.

Numa vertente de responsabilidade social associada ao sistema de qualidade, a política de Crédito Responsável continuou a ser uma aposta clara e objetiva, consubstanciada no renovado site www.creditoresponsavel.com, tendo sido reforçadas as ações pioneiras como a disponibilização de um aplicativo de Check-Up financeiro e de gestão orçamental com princípios de poupança associados.

Neste domínio, concretizou-se ainda o inovador programa de formação “Crédito Responsável nas Escolas” já referido anteriormente e ministrado pelo Provedor do Cliente.

Para 2012, neste âmbito, encontram-se já previstas diversas iniciativas formativas quer a jovens estudantes quer cidadãos em geral, que reforçarão de forma sustentada o papel ativo e inovador do Banco em termos de responsabilidade social de educação financeira.

3.7. Risco

No final de 2011 o Crédito em Risco representava 23,7% do Crédito a Clientes Total, que compara com um valor de 20,2% em

dezembro de 2010. No que respeita ao rácio de Crédito com Incumprimento sobre o Crédito Total, apuramos um valor de 17,8%, contra

13,3% em dezembro de 2010. Este aumento resulta, não só do contexto económico vivido, mas também da interrupção da política de abatimentodecréditostotalmente provisionados por contrapartida de provisões (“Write-off”). O rácio de Crédito a Clientes em Risco (líquido) face ao Crédito Total (líquido) ascendeu a 9% (contra 8% em 2010). O Crédito com

Incumprimento (líquido) face ao Crédito Total (líquido) representava cerca de 2% em dezembro de 2011, contra 0% no final de 2010.

Adicionalmente, o nível de cobertura do crédito vencido por provisões específicas para crédito vencido ascendeu a 93% (contra 91% em 2010).

3.8. Balanço e conta de exploração

Em 2011 os resultados líquidos gerados totalizaram 26,0 milhões euros, representando um acréscimo muito significativo face ao ano anterior. A razão para este acréscimo de resultados decorre essencialmente de um conjunto de fatores nomeadamente, da

redução do ritmo de constituição de provisões específicas registado ao longo do ano e da manutenção dos bons resultados obtidos quer ao nível do produto bancário, quer ao nível do controlo dos custos de exploração.

Principais indicadores económico-financeiros

Milhares de Euros	2011	2010	Δ 11/10
Resultados Líquidos	26.004	16.398	59%
Ativo Líquido	1.209.817	1.283.374	-6%
ROA (%)	2,15%	1,30%	65 p.p.
Capitais Próprios	136.196	139.872	-3%
ROE (%)	19,09%	11,70%	7,39 p.p.
Produto Bancário	132.451	133.209	-1%
Resultado Antes Imposto / Ativo Líquido Médio (%)	2,95%	1,81%	1,14 p.p.
Produto Bancário/ Ativo Líquido Médio (%)	10,72%	10,36%	0,36 p.p.
Resultado Antes Imposto / Capitais Próprios Médios (%)	26,01%	17,20%	8,80 p.p.

TABELA 6 – DETALHE DOS PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

O Ativo Líquido a 31 de dezembro de 2011 totalizava 1.210 Milhões de euros, o que representa uma redução de 6% face a 2010.

Os Capitais Próprios do Banco diminuíram

cerca de 3,7 milhões de euros face a 2010, sendo que esta variação justifica-se em grande parte pelo ajustamento da estrutura de capitais à evolução do ativo do Banco, sempre no estrito cumprimento dos rácios de solvabilidade.

Evolução do Produto Bancário líquido da anulação de proveitos

Milhares de Euros	2011	2010	Δ 11/10
(+) Juros e rendimentos similares	136.018	144.176	-6%
(-) Juros e encargos similares	46.413	48.860	-5%
(=) Margem Financeira Bruta	89.604	95.316	-6%
(+) Comissões e Out. Res. Exploração	45.494	42.332	7%
(-) Encargos c/ Comissões	2.647	4.439	-40%
(=) Produto Bancário	132.451	133.209	-1%

TABELA 7 – DETALHE DA EVOLUÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

Os juros e rendimentos similares registaram uma diminuição superior à diminuição dos juros e encargos similares, o que conferiu uma perda significativa na Margem Financeira Bruta (-6%). Por sua vez, o Produto Bancário registou um decréscimo marginal de 1% face a 2010, devido em grande parte ao contributo

positivo não só com os encargos com comissões, justificado pelo forte arrefecimento da atividade automóvel, mas também com o bom comportamento do agregado “Comissões e Outros Resultados de Exploração” que apresentou um crescimento de 7%.

Custos de Exploração

Os Gastos Administrativos e Custos com Pessoal totalizaram cerca de 56 milhões de euros em 2011, representando um decréscimo

de 7% face a 2010 e que resultam dos esforços sobre a eficiência operacional e controlo dos custos.

Milhares de Euros	2011	2010
Custos Funcionamento / Ativo Líquido (%)	4,61%	4,7%
Custos Pessoal / Custos Funcionamento (%)	35%	31%
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto Bancário (%)	46%	50%
Custos Pessoal / Produto Bancário (%)	15%	14%

TABELA 8 – DETALHE DA EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

3.9. Gestão dos riscos financeiros

O Banco centra a sua atividade na concessão de crédito ao consumo, pelo que os principais riscos a que está exposto e a considerar, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

▶ Risco de Crédito;

- ▶ Risco Operacional (incluindo Risco de Sistemas de Informação);
- ▶ Risco de Taxa de Juro;
- ▶ Risco de Liquidez;
- ▶ Risco de Estratégia;
- ▶ Risco de Compliance;
- ▶ Risco de Reputação e Imagem.

Encontrando-se o Banco sujeito às políticas e metodologias de análise, cálculo e valoração de riscos definidas pelo Grupo BNP Paribas, importa destacar a relevância atribuída ao Risco de Crédito e ao Risco Operacional, para os quais o Grupo definiu a utilização de métodos avançados para cálculo dos montantes de requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos.

Risco de Crédito

Considerado como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

Face à especialização do Banco na concessão de crédito ao consumo e inerente risco de incumprimento pelos clientes, a gestão do Risco de Crédito assume particular relevância no seio da gestão de riscos.

A gestão do Risco de Crédito do Banco encontra-se sujeita às políticas de risco de crédito definidas pelo Comité de Direção Geral de Risco e Scores do BNP Paribas Personal Finance, S.A., em França, entidade que se encontra integrada no Grupo BNP Paribas.

Os princípios da política geral e procedimentos agregados ao risco de crédito baseiam-se essencialmente na:

- ▶ Política de compromissos dos vendedores e clientes;
- ▶ Política de cobranças de créditos;
- ▶ Política de utilização dos sistemas de ajuda decisional.

De salientar que no âmbito do ICAAP, regulamentado pela Instrução 15/2007, e no Stress - Testing definido na Instrução 4/2011, o Banco realiza periodicamente análises de sensibilidade e análises de cenário com vista ao estudo do impacto de evoluções adversas das principais variáveis do negócio.

No que respeita à Política de compromissos dos clientes e vendedores, o Banco desenvolve grande parte da sua atividade através de parceiros comerciais. A monitorização das parcerias com vendedores assume particular relevância no que à gestão do risco de crédito e à qualidade da carteira e da concessão de crédito dizem respeito.

A política de gestão de compromissos de vendedores inicia-se com a rigorosa seleção dos mesmos, na proporção dos riscos envolvidos, sendo avaliados riscos específicos de cada parceiro bem como riscos de imagem, sendo formalizado o Acordo de Colaboração.

A estrutura de organização e seguimento de riscos obedece à troca regular de informações entre as equipas comerciais e de risco, com o estabelecimento de um controlo vendedor operacional pelas unidades de análise e financiamento de crédito em termos de alerta, análise e ação e um controlo centralizado pelo Risco que define as políticas e indicadores de risco e assegura as ações e o respeito pelas regras de risco.

A organização interna obedece ao processo de decisão em Comités que garantem o “governance” ao nível das afiliações,

concessão de empréstimos ou linhas de crédito, de acordo com níveis de competência previamente definidos.

A política de gestão de compromissos de clientes assenta essencialmente nas regras de concessão de crédito ao consumo a particulares que recorrem ao crédito para uso particular. Neste aspeto, o objetivo é otimizar a sua produção financiando o máximo de dossiers com um risco economicamente aceitável e nas melhores condições possíveis.

A concessão de crédito assenta, por isso, na avaliação da solvabilidade do cliente, controlo da pertinência da decisão e financiamento do crédito.

A gestão da luta contra a Fraude assume particular relevância devido à natureza da atividade do Banco ser suscetível de ser objeto de tentativas fraudulentas de obtenção de crédito, por iniciativas privadas ou por redes organizadas.

O Banco aplica dispositivos de luta contra a Fraude que permitem uma vigilância permanente das atividades de risco, nomeadamente através da verificação dos documentos justificativos na abertura de dossiers e utilização de software específico; utilizações de cartões; atividade dos vendedores; operações sensíveis e fluxos financeiros.

No que respeita à Política de cobrança de créditos, o Banco, em linha com a política do Grupo, baseia a sua política de cobranças numa cadeia de tratamento progressivo

dos incobrados, em função do número de prestações em atraso, com o objetivo de recuperar o máximo com o menor custo possível, conservar a fidelidade dos clientes solventes e preservar a imagem do Banco.

A cadeia de tratamento tem assim em consideração todos os meios de contacto à disposição, a adaptação dos modos de tratamento à probabilidade de recuperação, a rentabilidade dos modos de tratamento, as facilidades de pagamento, sempre com o respeito pelas regras de deontologia e código de conduta em vigor.

Relativamente à Política de utilização dos sistemas de ajuda decisional, o Banco apoia a sua política de gestão de risco de crédito na utilização de Sistemas de Ajuda à Decisão (SAD), que incluem o conjunto dos Scores, ferramentas de análise, modelos preditivos e sistemas 'expert' de cálculo e de gestão de regras, intervindo na cadeia de gestão do risco em termos de estudo e financiamento de crédito, gestão da carteira, cobranças, sobre-endividamento, contencioso e fraude.

O Grupo BNP Paribas aplica o Método Avançado das Notações Internas (IRBA) para determinação dos montantes de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito, sendo o Banco BNP Paribas Personal Finance uma entidade candidata à passagem a IRBA. O processo de homologação por parte do regulador francês, a ACP, para a autorização da utilização desta metodologia por parte do Banco é diretamente coordenado pela casa-mãe.

Risco Operacional

O Risco Operacional é o risco de ocorrência de uma perda económica resultante de uma inadequação ou falha nos processos internos, ou resultante de eventos externos, sejam eles atos deliberados, acidentais ou naturais. A gestão do Risco Operacional é efetuada através de uma análise de causa – evento – efeito.

Os processos internos podem envolver questões incluindo recursos humanos e sistemas. Os eventos externos incluem, (mas não estão limitados), cheias, incêndios, terremotos e ataques terroristas. As ocorrências verificadas no risco de crédito ou mercado como o “default” ou uma alteração de valor que afeta o risco de crédito ou de mercado não são tratadas no âmbito do risco operacional.

O Risco Operacional engloba o risco legal, risco de taxa, os riscos dos sistemas de informação e de Compliance. No entanto, devido à sua importância e ligação com o risco de reputação, o risco de Compliance é tratado num processo específico.

A gestão do Risco Operacional do Banco é assegurada pelo departamento de Gestão dos Riscos.

Estando englobado no perímetro do Grupo BNP Paribas, o Banco aplica o Método Avançado (‘AMA’) para determinação dos montantes de requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos operacionais desde 1 de janeiro de 2008.

O cálculo de capital baseia-se em dados locais referentes aos incidentes operacionais históricos e incidentes operacionais potenciais

valorizados de acordo com a referida metodologia, e na aplicação de modelos estatísticos que conjugam as diversas componentes de cálculo, sendo o mesmo afetado a cada país em função do Produto Bancário Líquido.

A partir da organização por processos de negócio e suporte são analisadas e quantificadas todas as “falhas” ocorridas e reportadas por essas áreas, aferindo sobre causas, consequências, efeitos (impactos financeiros), levando à definição de ações e medidas corretivas para as principais falhas, dando-se conhecimento à Direção Geral e ao Comité de Direção, com uma frequência regular, do estado e avanço da implementação dos planos de ação definidos.

Toda a quantificação e análise dos incidentes históricos e potenciais são efetuadas tendo em conta os 7 eventos de risco operacional:

- ▶ Fraude Externa;
- ▶ Fraude Interna;
- ▶ Práticas em matéria de emprego e segurança no local de trabalho;
- ▶ Clientes, produtos e práticas comerciais;
- ▶ Danos ocasionados a ativos físicos;
- ▶ Perturbação das atividades comerciais e falhas do sistema;
- ▶ Execução, entrega e gestão de processos.

A metodologia para a hierarquização dos eventos de risco assenta nas seguintes etapas:

- ▶ Descrição da disfunção;
- ▶ Causa;
- ▶ Frequência (nº de vezes que ocorre o evento);
- ▶ Consequência (risco potencial);

- ▶ Impacto (severidade);
- ▶ Nível de risco (cruzamento da frequência com a severidade).

A gestão dos riscos operacionais é também assegurada numa ótica de ‘Governance’, através da realização regular de comités específicos sobre a matéria, com a participação do Comité Executivo, assim como o reporte semanal das principais “falhas” ou “deficiências” detetadas.

Os principais impactos verificados são também inseridos e reportados ao Grupo BNP Paribas, o qual analisa e controla regularmente a base de cada filial.

Toda a recolha de dados históricos e

prospetivos, assim como a sua análise e quantificação é inserida numa ferramenta própria do grupo BNP Paribas (FORECAST), permitindo assim ao Grupo uma revisão frequente e detalhada dos dados e respetiva qualidade. Existe também uma base local com todo o histórico dos incidentes ocorridos e respetiva análise.

Os controlos são frequentemente avaliados, a partir de uma grelha. Para cada incidente ocorrido ou potencial é feito um levantamento dos controlos existentes e avaliada a eficácia dos mesmos, numa perspetiva de mitigação dos riscos. O levantamento dos controlos existentes é, por sua vez, cruzado com informações recolhidas pelo Departamento de Compliance.

Risco de Taxa de Juro

Este risco é materializado como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital devido a movimentos adversos nas taxas de juro de elementos da carteira bancária, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra patrimoniais.

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. concede créditos maioritariamente a taxa fixa, sendo a sua atividade de concessão de crédito a taxa variável inferior a 5% do total créditos concedidos durante o ano e obtém o financiamento integralmente junto do Grupo em França (BNP Paribas Paris).

A carteira de crédito concedido a taxa variável indexada à Euribor a 3 meses é financiada através do recurso a empréstimos a taxa indexada à Euribor a 3 meses mas com uma liquidez até à maturidade do ativo subjacente, eliminando-se qualquer impacto decorrente de uma variação da taxa de juro.

No que respeita às operações realizadas a taxa fixa, o risco de taxa de juro máximo em que possamos incorrer será o resultante de eventuais diferenças de sobreposição entre a curva de amortização das necessidades de financiamento e a curva de amortização dos recursos, compostos por empréstimos a taxa fixa ou por empréstimos a 3 meses, renováveis, mas cuja variação de taxa está coberta por *swaps*.

Destes factos resulta que não se verificam impactos significativos por variações da taxa

de juro, justificando-se como tal que o nível de risco seja classificado de Reduzido.

O controlo do risco de Taxa de Juro é efetuado mensalmente pelo Departamento de Controlo e Reporting, no âmbito dos procedimentos de fecho de contas, sendo igualmente objeto de seguimento mensal por parte da Direção Financeira de forma a verificar que o gap de taxa de juro não ultrapassa o limite definido localmente de 1% da carteira de crédito, também em linha com as regras do Grupo.

Risco de Liquidez

Este tipo de risco é definido como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

Risco de Estratégia

Considerado como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, da deficiente implementação das decisões ou da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente ou a alterações no ambiente de negócio.

O Banco acompanha e monitoriza o risco de estratégia através de análises permanentes, em linha com as diretivas e práticas do Grupo

Risco de Compliance

Este risco é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de

De acordo com o definido pela Instrução nº 19/2005 do Banco de Portugal, uma variação da taxa de juro de 200 pontos base origina um impacto acumulado negativo no Capital Próprio de 6.746 mil euros, que corresponde a um impacto negativo de 7%.

A mesma variação da taxa de juro para os instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano origina um impacto acumulado na Margem Financeira no montante de 70 mil euros.

A integralidade do refinanciamento da atividade do Banco é obtida junto da casa-mãe (BNP Paribas), em França, cujos spreads aplicados já incluem uma margem de liquidez, atendendo a que a gestão do risco de liquidez é transferida para a esfera de competência exclusiva da casa-mãe.

BNP Paribas, dos impactos e resultados da adoção de estratégias, da implementação de decisões ou capacidade de resposta a novas estratégias, novos produtos, organizações ou atividades, considerando o respetivo peso no negócio.

Sob coordenação e aprovação do Conselho de Administração, a estratégia do Banco é aplicada através da Direção Geral e do Comité de Direção.

violações ou não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de

relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

Por definição, o risco de *compliance* é uma subcategoria do risco operacional. No entanto, algumas consequências de falhas ao nível da conformidade podem ter impactos além de uma perda financeira, podendo por em causa a reputação do Banco. O Banco implementou uma organização específica e processos para gerir o risco de *compliance*.

Considerando a conjuntura atual e a relevância atribuída ao Risco de Compliance pelas diretivas do Grupo BNP Paribas, o Banco

Risco de Reputação e Imagem

Por risco de imagem e reputação o Banco, em linha com as diretivas do Grupo BNP Paribas, considera o risco de perda de confiança dos clientes, contrapartes, fornecedores, empregados, acionistas, entidades reguladoras e público em geral.

3.10. Gestão do capital e rácio de solvabilidade

A gestão de capital do Banco encontra-se a cargo da Direção Financeira e tem como objetivos:

- ▶ Garantir o capital suficiente para permitir o crescimento sustentado da atividade;
- ▶ Assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos de capital definidos pelo Banco de Portugal;
- ▶ Assegurar o cumprimento das normas do

acompanha e controla permanentemente o risco de incumprimento ou violação das obrigações legais e regulamentares, disposições contratuais, regras de conduta e de deontologia no relacionamento com clientes e entidades externas e na prevenção do Branqueamento de Capitais e da Fraude.

A avaliação e seguimento do nível de risco é gerido a partir dos controlos da atividade de concessão de crédito, qualidade do serviço pós-venda, qualidade das parcerias comerciais, cumprimento das regras legais e regulamentares ao nível contratual, novos produtos, organizações e atividades, prestações de serviço externas, bem como ao nível da publicidade e obrigações de reporte de informações a entidades reguladoras e outras entidades externas.

O Grupo BNP Paribas considera este risco não mensurável, sendo ele controlado e seguido através de procedimentos elaborados pela empresa (que definem regras e circuitos a respeitar) e controlos.

Grupo BNP Paribas em termos de gestão de capital.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que estabelece as regras que sobre esta matéria devem ser cumpridas pelas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos

compromissos e riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

O quadro que se segue apresenta um resumo das componentes dos fundos próprios do Banco e dos rácios de solvabilidade:

Euros	2011	2010
FUNDOS PRÓPRIOS		
Capital Realizado	45.661.800	45.661.800
Prémios de Emissão	11.237.516	191.838.200
Reservas Legais e Resultados Transitados	53.292.730	-114.025.641
Imobilizações incorpóreas / Ativos intangíveis	-6.527.359	-8.718.963
(A1) Fundos Próprios de Base excluindo ações preferenciais (Core Tier I)	103.664.687	114.755.396
(A2) Fundos Próprios de Base (Tier I)	103.664.687	114.755.396
Fundos Próprios Complementares (Tier II)	0	60.000.000
(A3) Fundos Próprios Elegíveis Totais	103.664.687	174.755.396
REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS		
Calculado de acordo com o Aviso 5/07 (Risco de crédito)	72.779.096	77.535.024
Calculado de acordo com o Aviso 9/07 (Risco operacional)	6.063.000	5.519.000
(B) Requisitos de Fundos Próprios Totais	78.842.096	83.054.000
%	2011	2010
RÁCIOS PRUDENCIAIS		
Rácio de Adequação de Fundos Próprios (A3/B*12,5)	10,5%	16,8%
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (A2/B*12,5)	10,5%	11,1%
Rácio Core Tier I (A1/B*12,5)	10,5%	11,1%

TABELA 9 – DETALHE DA EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Os Rácios de Solvabilidade, de Qualidade de Crédito, de Rendibilidade e de Eficiência apresentados neste documento estão conforme a Instrução 23/2011 emitida pelo Banco de Portugal.

Ainda em relação à Instrução 23/2011 não são publicados os rácios de Transformação apresentados na referida instrução, uma vez que a política comercial do Banco não contempla a captura de Depósitos de Clientes.

4. Perspetivas futuras

O contexto macro económico que se perspetiva para 2012 deverá manter a tendência de degradação de variáveis fundamentais ao crédito ao consumo. Em particular, a esperada contração do consumo privado (-6% na última previsão do Banco de Portugal), o aumento da taxa de desemprego e a evolução negativa do rendimento disponível das famílias, particularmente forte nos funcionários públicos e suas famílias, são fatores que nos permitem antever um ano de 2012 difícil para a concessão e gestão do crédito ao consumo. Trata-se, enfim, do reflexo neste setor da difícil situação macro económica em que vivemos desde 2008 e que se agudizou no início de 2011.

Para o Banco BNP Paribas Personal Finance, esta situação, de efeitos diretos negativos nos resultados do Banco, encerra contudo importantes oportunidades, a saber:

- ▶ As sinergias da fusão do Cetelem com o Credifin atingem em 2012 a sua fase de

cruzeiro;

- ▶ A robustez financeira e o apoio do Grupo BNP Paribas às atividades do Banco continuam a constituir uma importante vantagem competitiva;
- ▶ A liderança de mercado e a diversificação nos vários segmentos do crédito ao consumo permite uma diluição dos riscos associados à evolução da procura e incumprimento.

Neste contexto, o Banco pretende reforçar a sua aposta em todos os segmentos do negócio, centrando a sua ação:

- ▶ Na dinamização da sua base de clientes e na oferta de soluções de pagamento e crédito, no quadro da política de Crédito Responsável e de Qualidade de Serviço;
- ▶ No reforço da sua quota de mercado no financiamento Auto;
- ▶ No desenvolvimento de soluções inovadoras, que permitam o desenvolvimento do seu modelo de negócio.

5. Proposta de aplicação de resultados

Nos termos da sua competência estatutária e da legislação aplicável, o Conselho aprovou a seguinte proposta de aplicação de resultados referente ao exercício de 2011, a submeter à próxima Assembleia Geral Anual de Acionistas do Banco BNP Paribas Personal Finance:

Que o resultado líquido do exercício de 2011, no montante de 26.004.107,89 euros, seja

aplicado como se segue:

- ▶ Reserva Legal (10% do resultado líquido): 2.600.410,79 euros;
- ▶ Distribuição de dividendos (2,00€/ação): 18.264.720,00 euros;
- ▶ O restante, no montante de 5.138.977,10 euros, para reforço de Resultados Transitados.

6. Notas Finais

Terminado que foi mais um ano de atividade, vem o Conselho de Administração do Banco expressar os seus agradecimentos:

- ▶ Aos colaboradores em Portugal pela dedicação e empenho demonstrados no desempenho das suas funções;
- ▶ À estrutura central situada em França e aos colegas de outras filiais pelo apoio e colaboração recebidos;
- ▶ Ao Conselho Fiscal e aos Auditores, pelo

interesse e disponibilidade demonstrados;

- ▶ Às autoridades financeiras e de tutela por toda a colaboração prestada ao longo do exercício.

Uma palavra ainda de agradecimento aos nossos Clientes e Parceiros pela preferência com que nos distinguiram, ajudando-nos a construir e reforçar o Banco BNP Paribas Personal Finance em Portugal.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marc Campi, Presidente

Marie-Hélène Moreau Nollet, Vice-Presidente

Serge Le Bolès, Administrador Delegado

Susana Godinho, vogal

Thierry Laborde, vogal

François Laplace, vogal

Bruno Salmon, vogal

Alain Van Groenendal, vogal

7. Bibliografia

- ▶ European Economic Forecast Autumn 2011 – Comissão Europeia;
- ▶ Boletim Económico Inverno 2011 – Banco de Portugal;
- ▶ Dados de Crédito ao Consumo ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado;
- ▶ Boletim Estatístico Mensal – Banco de Portugal;
- ▶ Dados relativos à venda de viaturas ACAP – Associação Automóvel de Portugal.

2. Demonstrações Financeiras

▶ Balanço a 31 de dezembro de 2011	33
▶ Demonstração do Rendimento Integral do período findo em 31 de dezembro de 2011	34
▶ Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo em 31 de dezembro de 2011	35
▶ Demonstração de alterações de capitais próprios em 31 de dezembro de 2011	36



Banco BNPP Personal Finance

Demonstração do Rendimento Integral do período findo em 31 de dezembro de 2011.

(Expressas em euros)

		Notas / Quadros anexos	31-12-2011	31-12-2010
79+80+8120	Juros e rendimentos similares	20	136 017 711	144 176 484
66+67+6820	Juros e encargos similares	21	(46 413 497)	(48 860 421)
	MARGEM FINANCEIRA		89 604 214	95 316 063
82	Rendimentos de instrumentos de capital	22	50 799	
81-8120	Rendimentos de serviços e comissões	23	26 538 121	24 722 153
68-6820	Encargos com serviços e comissões	24	(2 647 807)	(4 438 597)
-692-693-695(1)-696(1)-698-69900- 69910+832+833+835(1)+836(1)+838+ 83900+83910	Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	25	29 601	264 666
-694+834	Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)			
-690+830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)	26	(118)	(1 771)
-691-697-699(1)-725(1)-726(1)+ 831+837+839(1)+843(1)+844(1)	Resultados de alienação de outros ativos	27	(532 848)	(472 951)
-695(1)-696(1)-69901-69911-75-720- 721-722-723-725(1)-726(1)-728+ 835(1)+836(1)+83901+83911+840+ 843(1)+844(1)+848	Outros resultados de exploração	28	19 408 686	17 819 407
	PRODUTO BANCÁRIO		132 450 648	133 208 970
70	Custos com o pessoal	29	(19 778 240)	(18 817 716)
71	Gastos gerais administrativos	30	(35 941 604)	(41 478 591)
77	Depreciações e amortizações	9	(5 207 951)	(5 687 192)
781+783+784+785+786+788-881-883- 884-885-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	7	599 691	369 427
78000+78001+78010+78011+7820+7821+ 7822-88000-88001-88010-88011-8820- 8821-8822	Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	7	(35 509 575)	(44 463 001)
760+7620+7618+76211+76221+7623+ 7624+7625+7630+7641+765+766+ 78002(1)+78012(1)+7823+7828(1)-870- 8720-8718-87211-87221-8723-8724- 8726-8730-8741-875-876-88002(1)- 88012(1)-8823-8828(1)	Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações			
768+769(1)+78002(1)+78012(1)+7828(1)- 877-878-88002(1)-88012(1)-8828(1)	Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	7	(153 407)	150 488
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		36 459 562	23 282 385
65	Impostos Correntes	10	(7 949 868)	(2 758 972)
74+86	Diferidos	11	(2 505 586)	(4 125 558)
	RESULTADO APÓS IMPOSTOS		26 004 108	16 397 855
72600+7280+8480+84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		26 004 108	16 397 855
	Outro rendimento integral do exercício			
	TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		26 004 108	16 397 855

Banco BNPP Personal Finance

Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo em 31 de dezembro de 2011
(Expressas em euros)

	31-12-2011	31-12-2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Juros e rendimentos recebidos	136.548.196	140.622.037
Juros e gastos pagos	(29.161.298)	(28.791.237)
Serviços e comissões recebidas	22.812.116	23.816.541
Serviços e comissões pagas	(14.541.753)	(18.419.077)
Recuperações de crédito e juros previamente abatidos	3.802.659	5.029.703
Pagamentos a empregados e fornecedores	(46.434.225)	(40.316.055)
	73.025.695	81.941.911
Varição nos Ativos Operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	-	79.850.000
Crédito a clientes	19.941.221	(28.747.228)
Derivados ativos de negociação	-	-
Derivados ativos de cobertura	-	62.439
Ativos não correntes detidos para venda	-	-
Outros ativos operacionais	(10.270.242)	(8.898.031)
Varição nos Passivos Operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	(69.027.883)	(40.073.754)
Recursos de Clientes e Empréstimos	(753.475)	(727.476)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Passivos financeiros associados a ativos financeiros transferidos	-	-
Derivados passivos de negociação	(39.238)	(320.612)
Derivados passivos de cobertura	(1.770.925)	(5.388.867)
Outros Passivos operacionais	22.484.635	20.181.463
	(39.435.906)	15.937.934
Impostos sobre Lucros Pagos	(1.198.639)	(2.447.696)
	32.391.150	95.432.149
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de Investimentos em Filiais e Associadas	-	(89.548.898)
Dividendos recebidos e outros proveitos	-	-
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda	(900.019)	-
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.345.961
Aquisições de ativos intangíveis e outros ativos tangíveis	(2.550.180)	(4.463.262)
Alienações de ativos intangíveis e outros ativos tangíveis	494.616	396.422
	(2.955.583)	(92.269.777)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Emissão de Passivos Subordinados	-	-
Amortização de dívida titulada	-	-
Juros de dívida titulada	-	-
Aumento de Capital	-	-
Distribuição de dividendos	(29.680.170)	(1.643.825)
	(29.680.170)	(1.643.825)
Fluxos de caixa líquidos de atividades de financiamento		
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(390)	(17)
	(244.994)	1.518.530
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	2.545.152	1.026.622
Caixa e seus equivalentes no Fim do Período	2.300.157	2.545.152
	(244.994)	1.518.530

Banco BNPP Personal Finance

Demonstração de alterações dos capitais próprios em 31 de dezembro de 2011
(Expressas em euros)

Notas	Capital	Ações	Outros	Prêmios de	Reservas legais	Outras	Resultados	Ajustamentos	Excedentes de	Outras	Resultado	Total
	realizado	(quotas) próprias	instrumentos de capital próprio	emissão		reservas	transitados	em ativos financeiros	revalorização	variações no capital próprio	líquido do período	
Posição 31.12.2009	45.661.800			191.838.200	16.377.391		41.141.203				1.879.253	296.897.847
Distribuição do Resultado do exercício de 2008												
Distribuições de dividendos											(1.643.825)	(1.643.825)
Transferência para reservas e resultados transitados					187.925		47.503				(235.428)	-
Reconhecimento do "Goodwill" pela aquisição da sociedade Cofinoga (Portugal)							(180.600.684)					(180.600.684)
Reconhecimento do Imposto Diferido referente a provisões não dedutíveis fiscalmente							8.821.021					8.821.021
	45.661.800	-	-	191.838.200	16.565.316	-	(130.590.957)	-	-	-	-	123.474.359
Resultado líquido do período											16.397.855	16.397.855
Posição a 31.12.2010	45.661.800			191.838.200	16.565.316		(130.590.957)				16.397.855	139.872.214
Distribuição do Resultado do exercício de 2010												
Distribuições de dividendos e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	(14.977.068)	-	-	-	(14.703.100)	(29.680.168)
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	1.639.786	-	54.971	-	-	-	(1.694.757)	-
Transferência de prêmios de emissão para resultados transitados	-	-	-	(180.600.684)	-	-	180.600.684	-	-	-	-	-
	-	-	-	(180.600.684)	1.639.786	-	165.678.587	-	-	-	(16.397.857)	(29.680.168)
Resultado líquido do período											26.004.108	26.004.108
Posição a 31.12.2011	45.661.800			11.237.516	18.205.102		35.087.628				26.004.108	136.196.154
Valor em balanço	45.661.800			11.237.516	18.205.102		35.087.628				26.004.108	136.196.154
Diferença				0	0		(0)				(0)	(0)

F

3. Notas às Demonstrações Financeiras

Aspectos Gerais	38
Notas	39
Nota 1 – Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Comparabilidade	39
Nota 2 – Principais Critérios Valorimétricos Utilizados	40
Nota 3 – Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	50
Nota 4 – Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	50
Nota 5 – Activos Financeiros Disponíveis para Venda	50
Nota 6 – Crédito a Clientes	51
Nota 7 – Imparidade e Provisões	53
Nota 8 – Ativos Não Correntes detidos para Venda	53
Nota 9 – Ativos Tangíveis e Intangíveis	54
Nota 10 – Ativos e Passivos por Impostos Correntes	55
Nota 11 – Ativos e Passivos por Impostos Diferidos	56
Nota 12 – Outros Ativos	57
Nota 13 – Passivos Financeiros Detidos para Negociação	59
Nota 14 – Recursos de Outras Instituições de crédito	59
Nota 15 – Recursos de clientes e outros empréstimos	60
Nota 16 – Derivados de Cobertura	61
Nota 17 – Outros Passivos Subordinados	61
Nota 18 – Outros Passivos	62
Nota 19 – Capital Social, Outras Reservas e Resultados Transitados	64
Nota 20 – Juros e Rendimentos Similares	64
Nota 21 – Juros e Encargos Similares	65
Nota 22 – Rendimentos de Instrumentos de Capital	66
Nota 23 – Rendimentos de serviços e Comissões	66
Nota 24 – Encargos com serviços e Comissões	67
Nota 25 – Resultados de Ativos e Passivos Avaliados ao Justo Valor	67
Nota 26 – Resultados Reavaliação Cambial (Líquido)	68
Nota 27 – Resultados de Alienação de outros ativos	68
Nota 28 – Outros Resultados de Exploração	69
Nota 29 – Custos com o Pessoal	70
Nota 30 – Gastos Gerais Administrativos	72
Nota 31 – Compromissos Extrapatrimoniais	73
Nota 32 – Transações com Partes Relacionadas	74
Nota 33 – Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros	76

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2011 e 2010

Aspetos gerais

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A., anteriormente designado Banco Cetelem, S.A (Banco), é uma Instituição Financeira cuja atividade está agora regulada pelo Decreto – Lei n.º 298/92 de 31 de dezembro, com as devidas alterações aportadas pelos Decretos – Lei 246/95 e 232/96, tendo sido criada em 30 de maio de 2003 por transformação da sociedade Cetelem SFAC, S.A. e incorporação da totalidade dos ativos, passivos e relações contratuais que constituíam o Banco Cetelem – Sucursal, S.A., estabelecimento em Portugal da Cetelem, S.A. (instituição de crédito de direito francês).

A Instituição tem a sua sede social no Centro Empresarial das Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 15º, em Lisboa e opera atualmente com duas delegações – Lisboa (Sede) e Gaia.

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. é especializado na concessão de crédito ao consumo, apesar dos seus estatutos lhe permitirem a realização de todas as atividades geralmente permitidas aos bancos. O seu capital social, de 45.661.800 euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado e é representado por 9.132.360 ações ao portador de 5 Euros cada.

Os acionistas de referência são a casa-mãe do grupo em França, o ‘BNP Paribas Personal Finance, S.A.’ (anteriormente ‘Cetelem, S.A.’) que, por sua vez, integra o grupo BNP Paribas.

Em 29 de maio de 2009, o Banco Cetelem, S.A. procedeu à aquisição da Cofinoga (Portugal), SGPS, S.A., entidade detentora de 100% do capital social e dos direitos de voto do Credifin – Banco de Crédito ao Consumo, S.A. e da Fideplus – Prestação de Serviços Promocionais de Marketing e Fidelização, Lda., com o objetivo de vir a criar uma única entidade, referência no mercado do crédito ao consumo em Portugal.

Com a concretização da fusão entre as sociedades, por escritura pública registada em 28 de janeiro de 2010, o Banco Cetelem, S.A. incorporou os ativos e passivos das entidades pertencentes ao universo Cofinoga em Portugal, que se extinguíram nessa mesma data. Em consequência da fusão, foi também alterada a denominação social da sociedade incorporante para “Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A.”.

Nota 1 - Bases de apresentação das Demonstrações Financeiras e comparabilidade

As demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental mantidos de acordo as disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

Desde 1 de janeiro de 2006 que as demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, com exceção das matérias previstas nos Avisos nº 1/2005 e nº 4/2005 do Banco de Portugal, nomeadamente no que diz respeito à valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manteve, até 2008, o regime definido pelo Banco de Portugal.

A partir de 2008, as contas individuais do Banco passaram igualmente a integrar o conceito de imparidade, tal como definido no normativo IAS 39, através da aplicação da metodologia definida pelo Grupo para efeitos de apresentação das contas consolidadas.

No âmbito do processo de aquisição suprarreferido, a sociedade procedeu ao reconhecimento de valor de diferença de primeira consolidação, no montante de cerca de 181 milhões de euros - correspondente à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das empresas adquiridas.

Visando assegurar a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira pós-fusão, adotando critérios de prudência, por um lado, e tendo também em consideração a dificuldade de avaliação da evolução do justo-valor dessa diferença, dada a plena integração de atividades, foi tal diferença refletida nas contas de 2010 diretamente por contrapartida de débito de Capital Próprio.

Nota 2 – Principais critérios valorimétricos utilizados

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações

financeiras, foram as seguintes:

2.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo Banco na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

- ▶ preços de um mercado ativo; e
- ▶ tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

O Banco classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, empréstimos e contas a receber e ativos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efetuado ao custo de aquisição.

Para efeitos de interpretação, o justo valor é o montante pelo qual um ativo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efetuar a transação. Na data de transação ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efetuada a transação.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de ativos financeiros é determinado com base em:

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.1.1. Ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros designados na opção de justo valor. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria

se o principal objetivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respetivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os ativos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

- ▶ elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada “uma falta de balanceamento contabilística”);
- ▶ um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou
- ▶ se um contrato contiver um ou mais

derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como ativos financeiros detidos para negociação, exceto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

A avaliação destes ativos é efetuada diariamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados.

2.1.2. Créditos e outros valores a receber

O crédito e outros valores a receber compreende todos os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo seu valor nominal, acrescido das receitas e despesas associadas à contratação das operações de crédito, que são periodizadas na proporção do registo dos respetivos juros.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos

e benefícios associados à sua detenção.

A rubrica crédito a clientes reflete o capital ainda não vencido e o capital, juros e outros valores contidos nas prestações vencidas e não pagas. Estes últimos estão distribuídos por classes de risco que refletem o escalonamento temporal do capital, juros e outros valores vencidos, em função do período decorrido após o respetivo vencimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por pagar há mais tempo.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros corridos que continuem a ser devidos após 30 dias do seu vencimento. Nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são

consideradas vencidas (vincendas ou vencidas).

As garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados nas contas extrapatrimoniais pelo valor em risco.

Os créditos designados como ativos cobertos são valorizados de acordo com a política descrita na nota 2.3.1 – Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura – Derivados de cobertura.

O princípio contabilístico da especialização dos exercícios é seguido relativamente à

generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, especialmente no que se refere aos juros contidos nas prestações de contratos de crédito e aos juros de financiamento obtido que são contabilizados como proveitos ou custos, respetivamente, à medida que vão sendo gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

No entanto, sempre que uma operação ativa se encontra vencida há mais de 3 meses, procede-se à anulação dos respetivos juros, os quais só serão considerados proveitos no momento em que forem efetivamente recebidos.

Imparidade associada ao crédito a clientes

Conforme referido na nota 1, desde 2008 que o Banco passou a considerar nas suas contas locais o diferencial positivo existente entre o valor das perdas potenciais por imparidade, determinadas de acordo com a metodologia definida pelo Grupo para efeitos de preparação das contas consolidadas, de acordo com o definido na IAS 39, e o valor das provisões contabilísticas, determinadas de acordo com as regras definidas pelo Aviso 3/95.

A 31 de dezembro de 2011, a imparidade de crédito a clientes determinada de acordo com a metodologia definida pelo Grupo, em aplicação da norma IAS 39, não apresenta qualquer diferencial face ao valor das provisões contabilísticas, determinadas de acordo com as regras definidas pelo aviso 3/95 do Banco de Portugal (dezembro de 2010: 6,4 milhões de euros).

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

A metodologia de análise de imparidade definida pelo Grupo prevê a realização de análises de imparidade de forma individual para ativos financeiros relativamente aos quais se considera que o valor agregado da exposição é individualmente significativo e, de forma coletiva, para grupos homogêneos de ativos de montante individual não significativo.

Dadas as características da carteira de crédito do Banco, apenas são efetuadas análises individuais relativamente ao crédito concedido a parceiros de negócio, sendo a restante carteira, referente a crédito de pequenos montantes concedido maioritariamente a particulares, analisada numa base coletiva.

Para os ativos analisados coletivamente, o Grupo identifica segmentos de negócio relativamente aos quais estima os fluxos de caixa futuros com base na análise histórica do comportamento de carteiras com características semelhantes, sendo posteriormente atualizados à taxa de juro contratual.

A metodologia utilizada pelo Grupo para determinação das perdas por imparidade associadas ao crédito utiliza pressupostos determinados com base na experiência

histórica de perdas em carteiras de risco semelhante.

Caso o Banco utilizasse diferentes critérios e pressupostos na determinação das perdas por imparidade, os valores apurados seriam diferentes dos atualmente refletidos nas demonstrações financeiras. No entanto, o Banco considera que a metodologia utilizada reflete de forma adequada o risco de incumprimento associado a estes ativos.

2.1.3. Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles: (i) cuja intenção do Banco é a sua detenção por um período indeterminado de tempo (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas de reavaliação em capitais próprios, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma

perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.2. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada

mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os Outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negocia os contratos e são subsequentemente remensurados ao justo valor. Os justos valores são obtidos através de preços de mercado cotados em mercado ativos, incluindo transações de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções. Os derivados são considerados como

ativos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo. Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nominal).

A sociedade possui derivados de negociação e de cobertura. Os derivados de negociação, são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas imediatamente em resultados.

2.3.1. Derivados de cobertura

O Banco dispõe de uma carteira de derivados de taxa juro para cobertura de justo valor do ativo, nomeadamente crédito a clientes. A sociedade dispõe de documentação da relação de cobertura, identificando o instrumento que está a ser coberto, a estratégia e tipo de risco coberto, o derivado de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de derivados de cobertura são registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação

de justo valor de ativos ou passivos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto e à parte eficaz da cobertura, são também reconhecidos em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos ativos ou passivos cobertos.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, os derivados são reclassificados para negociação, sendo o valor de reavaliação dos instrumentos cobertos reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

2.4. Ativos e passivos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio

oficial, divulgada pelo Banco de Portugal, em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à

taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

O Banco, às datas de 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possui no seu ativo ou passivo elementos em moeda estrangeira.

2.5. Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros

considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.6. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- ▶ rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- ▶ rendimentos de serviços e comissões

obtidos à medida que os serviços são prestados, são reconhecidos em resultados no período a que se referem; e

- ▶ rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.7. Ativos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica custos de aquisição de sistemas informáticos, assim como os custos necessários à sua implementação, custos com registo de marcas e direitos de ingresso de cartões privados, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil

esperada, que em geral corresponde a um período entre 3 a 5 anos para o software e despesas de desenvolvimento, no caso dos custos com o registo de marcas, pelo período pelo qual a Gestão estima que a marca será utilizada (entre os 5 e os 10 anos) e pelo período pelo qual o direito de ingresso foi contratado (7 anos).

Os custos de manutenção de software são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.8. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis são ativos utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são diretamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Com exceção do imobilizado em curso,

que será amortizável apenas a partir da sua entrada em funcionamento, todos os bens são amortizados por duodécimos, pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais previstas no Decreto Regulamentar 25/2009 durante os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	N.º Anos
Obras em edifícios arrendados	4 - 10
Instalações interiores	4 - 10
Mobiliário e Material	8 - 10
Máquinas e Ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	3 - 10
Equipamento de segurança	4 - 10
Material de Transporte	4
Outros	8

2.9. Locação financeira

A contabilização de um contrato de locação é efetuada de acordo com o tipo de contrato, isto

é, se o Banco assume o papel de locador ou locatário:

a) Como locador:

Os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em rendimentos enquanto as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

b) Como locatário:

Os contratos de locação financeira são

registados na data do seu início, no ativo, na rubrica “Outros ativos tangíveis” por contrapartida da rubrica “Outros passivos”, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. Os outros ativos tangíveis são amortizados conforme descrito na Nota 2.8.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro, que é debitado em gastos e (ii) pela amortização financeira do capital, que é deduzido à rubrica Contas de regularização do passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

2.10. Ativos recebidos por recuperação de crédito

A política do Banco para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Os ativos recebidos por recuperação de créditos são classificados na rubrica de ativos não correntes detidos para venda, uma vez que cumpram com os seguintes critérios:

- ▶ existência de um plano de venda;
- ▶ ativo estar disponível para venda imediata;
- ▶ a venda ser altamente provável;
- ▶ o preço de venda ser coerente com os preços de mercado e
- ▶ ser expectável que a venda seja completada

no prazo de um ano.

Estes ativos são inicialmente registados pelo menor valor de entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação.

Subsequentemente, estes ativos estão sujeitos a testes de imparidade e são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos assim determinadas são registadas em resultados e poderão ser revertidas perdas de imparidade até à extensão, em que foram reconhecidas anteriormente.

2.11. Provisões

São reconhecidas provisões quando o Banco (i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu

pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.12. Benefícios aos empregados

A sociedade não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical do setor bancário pelo que a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é assegurada pelo Sistema de Segurança Social.

O bónus a empregados atribuído pelo Banco é contabilizado em resultados no exercício a que respeitam.

2.13. Fiscalidade

A Instituição está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) e correspondente Derrama.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período apurado de acordo com as regras fiscais em vigor, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças

temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo.

A Instituição foi alvo, em 2003, de uma inspeção fiscal relativa aos exercícios de 2000 e 2001 da sociedade Cetelem SFAC, S.A.. Desta inspeção resultaram liquidações adicionais num total de 1.700.000 Euro que foram integralmente pagas em 2004, dentro do prazo previsto para o pagamento voluntário. Apesar do pagamento, a Instituição impugnou judicialmente as referidas liquidações, tendo o Banco sido ressarcido, em 2009, em mais de 800 mil euros relativamente a uma das matérias alvo de impugnação.

2.14. Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações criados para providenciar produtos ou serviços, sujeitos a riscos e a benefícios, diferentes dos verificados noutros segmentos.

Um segmento geográfico está associado à

oferta de produtos ou serviços num ambiente económico específico, caracterizado por ter riscos e benefícios distintos aos verificados em segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.15. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade

inferior 3 meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.16. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras, o Banco efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

a) Imparidade para crédito a clientes

O Banco apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de reforço da imparidade associada ao crédito a clientes, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

b) Impostos sobre lucros

O Banco reconheceu impostos diferidos ativos no pressuposto da existência de matéria coletável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

c) Justo valor de derivados e ativos financeiros não cotados

O justo valor de instrumentos financeiros derivados e ativos financeiros não cotados foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, utilizando pressupostos de mercado. Os resultados alcançados com este modelo dependem dos pressupostos utilizados.

Nota 3 – Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é como segue:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Fundos de caixa	1.000	1.000
Caixa - Agências	8.374	8.513
Total	9.374	9.513

Nota 4 – Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é como segue:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Instituições de crédito no país		
BNP Paribas	376.648	625
Outras Instituições de crédito	1.914.418	2.535.136
Total	2.291.066	2.535.761

Nota 5 – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica, no montante de Euros 105.000, refere-se à participação financeira na sociedade EFFICO - Gestão de Clientes e Recuperação de Ativos, S.A, constituída em 19 de fevereiro de 2003, relativa a 2.100 ações

representativas de 15% do capital, valorizada ao custo de aquisição.

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é como segue:

Valores em EUR	Quantidade	Valor Nominal	V. Médio Aquisição	Cotação	V. Balanço 31-12-2011	V. Balanço 31-12-2010
Títulos						
Emitidos por residentes	2.100	50	50	-	105.000	105.000
Total	2.100	50	50	-	105.000	105.000

Nota 6 – Crédito a Clientes

Com referência a 31 de dezembro de 2011 e de 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Crédito Interno		
Empresas		
Crédito clássico	39.092.797	37.744.177
Locução financeira	43.362.202	42.012.088
Aluguer financeiro	19.115.394	20.682.759
Contas correntes	13.338.232	15.423.476
Sub-total Empresas	114.908.625	115.862.500
Particulares		
Habitação	1.725.374	1.869.584
Crédito clássico	653.677.323	693.631.011
Locação financeira	45.895.326	46.063.761
Aluguer financeiro	23.953.814	23.442.382
Contas correntes	302.197.038	326.154.854
Correção de valor de Ativos objeto de cobertura	591.145	2.126.532
Sub-total Particulares	1.028.040.020	1.093.288.124
Total de crédito interno	1.142.948.645	1.209.150.624
Crédito e juros vencidos		
Menos de 90 dias	6.441.102	6.338.972
Mais de 90 dias	228.529.674	187.675.345
Sub-total	234.970.776	194.014.317
Despesas e Receitas com encargo diferido		
Despesas com encargo diferido	23.664.606	25.425.403
Juros a receber de clientes	9.698.640	10.175.404
Receitas com rendimento diferido	(9.582.249)	(10.807.911)
Sub-total	23.780.997	24.792.896
Total bruto de crédito a clientes	1.401.700.418	1.427.957.837
Provisão p/ crédito vencido e cobrança duvidosa		
Para crédito de cobrança duvidosa	(14.401.342)	(15.965.477)
Para crédito vencido	(218.108.949)	(175.787.658)
Imparidade p/ risco crédito (norma Grupo)	-	(6.373.208)
Sub-total	(232.510.291)	(198.126.343)
Total líquido de crédito a clientes	1.169.190.127	1.229.831.494

A rubrica Crédito Interno é constituída por contratos de crédito Lar (eletrodomésticos, móveis), crédito automóvel, crédito pessoal (para melhoramento do lar e outros fins) e crédito em contas correntes.

A rubrica Crédito e Juros vencidos refere-se aos valores de capital e juros das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos rescindidos (gestão contenciosa).

Os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias são anulados, sendo reconhecidos apenas no momento em que sejam efetivamente recebidos.

A cobertura relativa do crédito e juros vencidos pelas provisões para crédito vencido em dezembro de 2011, é de 93% (em 2010 era de 91%). Em 31 de dezembro de 2011 não foi registada uma dotação adicional a título de imparidade associada ao risco de crédito, calculada de acordo com as normas do Grupo,

uma vez que esta se apresenta inferior às provisões calculadas com base nas normas do Banco de Portugal.

O movimento ocorrido nas provisões entre 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é apresentado na Nota 7 - Provisões e Imparidade.

A exposição de crédito vincendo por duração residual apresenta-se com a seguinte repartição:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Crédito interno		
Até 3 meses	87.553.689	97.840.053
De 3 meses a 1 ano	178.630.167	189.387.127
De 1 ano a 5 anos	488.479.324	505.330.984
Mais de 5 anos	86.088.426	90.437.607
Duração indeterminada (Crédito em conta corrente)	302.197.038	326.154.854
Total	1.142.948.645	1.209.150.624

O Crédito e juros vencidos apresentam a seguinte repartição por classes de atraso:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	6.441.102	6.338.972
De 3 meses a 1 ano	23.316.559	25.291.584
Mais de 12 meses	205.213.115	162.383.761
Total	234.970.776	194.014.317

Nota 7 – Imparidade e Provisões

O movimento ocorrido na Imparidade e Provisões entre 31.12.2010 e 31.12.2011 foi o seguinte:

Valores em EUR	31-12-2010	Constituições Reforços	Reposições Anulações	Utilizações	Transferên- cias e outros	31-12-2011
Provisões						
Para Riscos Gerais de Crédito	17.260.168	464.954	(1.413.787)	-	-	16.311.335
Outros riscos e encargos	524.905	678.142	(329.000)	-	-	874.047
Sub-total Provisões	17.785.073	1.143.096	(1.742.787)	-	-	17.185.382
Imparidade de ativos financeiros						
Imparidade de crédito a clientes	198.126.343	50.147.669	(14.638.094)	(1.125.627)	-	232.510.291
Para crédito e juros vencidos	175.787.658	43.642.493	(195.575)	(1.125.627)	-	218.108.949
Para crédito de cobrança duvidosa	22.338.685	6.505.176	(14.442.519)	-	-	14.401.342
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda	36.240	153.407	-	-	-	189.647
Sub-total Imparidade	198.162.583	50.301.076	(14.638.094)	(1.125.627)	-	232.699.938
Total	215.947.656	51.444.172	(16.380.881)	(1.125.627)	-	249.885.320

Em 31 de dezembro de 2011 não foi registada uma dotação adicional a título de imparidade associada ao risco de crédito, calculada de acordo com as normas do Grupo, uma vez

que esta se apresenta inferior às provisões calculadas com base nas normas do Banco de Portugal (dezembro de 2010: 6,4 milhões de euros).

Nota 8 – Ativos Não Correntes detidos para Venda

Esta rubrica pode ser analisada no quadro que se segue:

Valores em EUR	31-12-2011		31-12-2010	
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamentos - viaturas recuperadas	623.740	(189.647)	434.093	425.670
Imóvel - Ramalde (Porto)	732.980	0	732.980	732.980
Total	1.356.720	(189.647)	1.167.073	1.158.650

Nota 9 – Ativos Tangíveis e Intangíveis

Movimentos ocorridos nas rubricas do imobilizado e respetivos saldos entre 31 de dezembro de 2010 e de 2011:

Valores em EUR	31-12-2010		Movimentos		Abates		Amortização	31.12.2011		
	Valor Bruto	Amort. Acum.	Aquisições	Transfer.	V. Bruto	Am. Acum.	Período	Valor Bruto	Am. Acum.	V. Líquido
Outros Ativos Tangíveis										
Obras em Imóveis Arrendados	6.691.642	(2.698.135)	5.403	307.708	(2.181)	2.181	(573.960)	7.002.573	(3.269.914)	3.732.659
Equipamento:										
Mobiliário e material	2.082.167	(1.401.216)	8.552	54.735	(331.189)	294.109	(209.654)	1.814.266	(1.316.761)	497.505
Máquinas e ferramentas	958.810	(704.439)	24.830		(40.899)	40.451	(16.048)	942.741	(680.037)	262.704
Equipamento informático	8.701.747	(7.960.920)	256.749		(14.622)	14.622	(464.215)	8.943.874	(8.410.513)	533.361
Instalações interiores	2.174.918	(1.548.991)			(57.372)	54.458	(170.927)	2.117.546	(1.665.460)	452.086
Material de transporte	535.735	(476.829)			(494.616)	468.002	(29.229)	41.119	(38.056)	3.064
Equipamento de segurança	509.142	(350.167)	37.832	108.645	(21.212)	20.507	(52.147)	634.416	(381.807)	252.609
Outros ativos	33.637	(33.637)			(100)	100		33.537	(33.537)	-
Imóveis em regime de locação financeira	171.062	(17.962)					(2.566)	171.062	(20.528)	150.534
Imobilizado em curso	752	-	491.556	(367.352)				124.956	-	124.956
	21.859.612	(15.192.294)	824.922	103.746	(962.190)	894.428	(1.518.745)	21.826.090	(15.816.611)	6.009.479
Ativos Intangíveis										
Despesas de estabelecimento	38.934	(38.934)						38.934	(38.934)	-
Despesas de invest. e desenvolvimento	337.317	(337.317)						337.317	(337.317)	-
Marcas e patentes	19.740	(19.740)						19.740	(19.740)	-
Custos plurianuais	7.203.832	(4.238.940)					(1.031.886)	7.203.832	(5.270.826)	1.933.006
Sist. Tratam. Aut. Dados	15.000.896	(11.617.370)	76.456	3.595.172	(3.772.586)	3.772.586	(2.657.320)	14.899.938	(10.502.105)	4.397.833
Imobilizado em curso	2.370.545	-	1.524.893	(3.698.918)				196.520	-	196.520
	24.971.264	(16.252.301)	1.601.349	(103.746)	(3.772.586)	3.772.586	(3.689.206)	22.696.281	(16.168.922)	6.527.359
Ativo Imobilizado	46.830.876	(31.444.595)	2.426.271	(0)	(4.734.776)	4.667.014	(5.207.951)	44.522.371	(31.985.533)	12.536.838

Com referência a 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os custos plurianuais apresentam a seguinte composição:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Custos Plurianuais		
Despesas com aumentos de capital	83.064	83.064
Serviços de implementação contratados	280.125	280.125
Registos de marcas	643	643
Direito de ingresso	6.840.000	6.840.000
Total	7.203.832	7.203.832

O direito de ingresso é constituído pela aquisição de um direito de exclusividade para com um parceiro de negócio com vista ao desenvolvimento do crédito na rede de lojas

do mesmo. Este contrato teve início em janeiro de 2007 e termina em janeiro de 2014. Este ativo foi integrado no ex-Banco Cetelem S.A. aquando da operação de fusão.

Nota 10 – Ativos e Passivos por Impostos Correntes

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Imposto corrente sobre os lucros (1+2+3+4)	7.949.868	2.758.972
Imposto sobre os lucros do exercício (1)	8.330.888	3.173.106
Contribuição do setor bancário (2)	534.571	-
Excesso/insuficiência de estimativa de imposto s/ lucros (3)	(886.146)	338.062
Correções de liquidações (4)	(29.444)	(752.196)
Pagamentos por conta (5)	(1.781.040)	(2.839.917)
retenções na fonte por terceiros (6)	(6)	(5)
IRC a pagar (1+5+6)	6.549.842	333.184
IRC a recuperar	-	-
Resultado antes do imposto	36.459.562	23.282.385
Taxa efetiva de imposto	24,32%	13,63%

O imposto sobre o rendimento do período apurado com referência a 31 de dezembro de 2011, ascende a 8 330 888 Euros, dos quais 1 781 040 Euros já foram liquidados através de pagamentos por conta. Como resultado apurou-se 6 549 842 Euros de imposto a pagar.

A rubrica “Correções de liquidações Fiscais” a 31 de dezembro de 2011 refere-se a um reembolso de imposto no valor de 29 444 euros, relativo a IRC de 2009 da sociedade ex-

Credifin;

A taxa efetiva de imposto ascende a 22.85% em 2011 (13,63% em 2010).

A diferença para as taxas legais em dezembro de 2011 deriva essencialmente dos seguintes fatores:

1) O acréscimo de despesas não aceites fiscalmente no montante de 821 955 euros;

2) A dedução provocada pela redução de provisões já tributadas que decorre fundamentalmente da anulação do diferencial das provisões segundo as normas grupo face às provisões constituídas ao abrigo das normas do Banco de Portugal no montante de

6 373 207 euros e;

3) A anulação do acréscimo de custos não aceites fiscalmente constituído no ano transato no montante de 1 900 606 euros.

Nota 11 – Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é como segue:

Valores em EUR	Base 31-12-2010	Acrés. / Deduções Fiscais de 2011	Base 31-12-2011
Base de Imposto Diferido			
Passivo			
Derivados de Negociação	612.962	(612.962)	-
Total	612.962	(612.962)	-
Ativo			
Provisões específicas para crédito	8.305.876	(7.234.358)	1.071.518
Provisões p/ Riscos Gerais de Crédito	14.341.055	(1.132.917)	13.208.138
Outras Provisões Tributadas	1.800.000	(1.500.000)	300.000
Outras Provisões p/ Riscos e encargos	524.906	(200.729)	324.177
Total	24.971.837	(10.068.004)	14.903.833

Os valores de ativos por impostos diferidos (no montante de 3.949.516 euros) são calculados,

fundamentalmente, sobre provisões constituídas não aceites fiscalmente.

Valores em EUR	Imposto Diferido 31-12-2010	Reconhecimento Exercício 2011	Imposto Diferido 31-12-2011
Imposto Diferido			
Passivo			
Derivados de Negociação 2006 e 2007	162.435	(162.435)	-
Total	162.435	(162.435)	-
Ativo			
Provisões específicas para crédito	2.201.057	(1.917.105)	283.952
Provisões p/ Riscos Gerais de Crédito	3.800.380	(300.223)	3.500.157
Outras Provisões Tributadas	477.000	(397.500)	79.500
Outras Provisões p/ Riscos e encargos	139.100	(53.193)	85.907
Total	6.617.537	(2.668.021)	3.949.516

No exercício de 2010, o Banco procedeu ao reconhecimento de Ativos por impostos diferidos sobre as provisões não aceites fiscalmente (stock existente a 31.12.2009),

repercutindo em Resultados Transitados o respetivo impacto, no montante de 8 821 021 euros.

Com referência a 31.12.2011, tendo em consideração a redução substancial no valor de provisões não aceites fiscalmente, foi o respetivo Imposto diferido ativo objeto de reversão parcial.

Foram também alvo de reversão os impostos diferidos constituídos com base nos derivados

de negociação de 2006 e 2007, visto o facto que provocou o seu reconhecimento ter deixado de existir.

Consequentemente, os impostos diferidos reconhecidos no exercício geraram um gasto de 2 505 586 euros.

Nota 12 – Outros Ativos

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é como segue:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Outros Devedores		
Setor Público Administrativo	937.782	1.284.563
Cobrança de mensalidades em curso de apresentação bancária	388.198	467.985
Clientes c/c	3.845.491	8.152.559
Adiantamentos a advogados	463.497	303.914
Fundo maneo a colaboradores	5.679	15.999
Pre-financiamentos SIBS	-	62.393
Seguros de crédito e outros	121.960	990.848
Valores à guarda do tribunal	-	2.555.786
Impostos a receber de clientes	501.435	519.046
Devedores diversos	1.292.378	1.351.766
Sub-total	7.556.420	15.704.859
Outros Rendimentos a receber		
Comissões de intermediação de seguros	6.824.173	5.810.524
Gestão de cartões	1.886.877	2.350.263
Por serviços bancários prestados	-	-
Outros	29.564	6.916
Sub-total	8.740.614	8.167.703
Despesas com encargo diferido		
Rendas a alugueres	85.840	98.997
Contratos de manutenção pagos	686.127	806.436
Campanhas de publicidade	3.988	4.609
Seguros	12.123	25
Sub-total	788.078	910.067
Outras contas de regularização		
Valores cobrados - créditos a imputar	444.142	288.530
Impostos a Receber	1.045.115	1.077.500
Despesas de dossier a cobrar de clientes	142.658	150.695
Seguros pagos One-Shot	121.777	131.026
Outras operadores a regularizar	1.728.858	1.298.923
Sub-total	3.482.550	2.946.674
Total	20.567.662	27.729.303

O montante de 937 782 Euros (dezembro de 2010:1 284 563 Euros), evidenciado na rubrica “Setor Público Administrativo”, refere-se na sua totalidade a IVA a recuperar que se decompõe da seguinte forma:

a) 87 mil euros é referente ao IVA apurado em dezembro de 2011 e que será utilizado como crédito de imposto nos meses seguintes;

b) Durante o exercício de 2009, o ex-Credifin procedeu a uma revisão da fiscalidade aplicável às comissões cobradas, em sede de IVA e Imposto de Selo, no âmbito da concessão de crédito em operações de crédito clássico. Na sequência dessa revisão, foram apresentadas declarações de substituição às declarações mensais de IVA dos meses em que ainda era possível fazer tal substituição, resultando das mesmas o valor de 850 mil euros ainda por recuperar.

Com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Cobrança de mensalidades em curso de apresentação bancária” regista movimentos de passagem associados a transações de tesouraria regularizadas nos dias seguintes.

A rubrica “Clientes c/c” compreende, nomeadamente, contas correntes com parceiros de negócio por serviços prestados pelo Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A..

A rubrica “Adiantamentos a advogados” diz respeito aos adiantamentos feitos à rede de advogados dedicada à recuperação de créditos pela via Judicial.

A rubrica “Seguros de crédito e outros” respeita

aos valores que se encontram em atraso de pagamento relativos ao financiamento do seguro de crédito.

O valor evidenciado na rubrica de “Valores à guarda do tribunal”, refere-se aos montantes registados relativos a cheques precatórios e penhoras sobre contratos em contencioso que se encontram na posse do Tribunal. O apuramento deste montante resulta de um inventário efetuado pelos Advogados da Empresa no final de cada exercício. A partir de 2010 passou-se a reconhecer no ativo do Banco valores relativos a cheques precatórios e penhoras sobre novos contratos em contencioso. Em 2011 procedeu-se ao desreconhecimento integral destas operações. Os valores de imposto a receber de clientes referem-se, essencialmente, a imposto de selo, referentes ao mês de dezembro, a debitar a clientes.

A rubrica “Devedores Diversos” compreende, nomeadamente, os pré-financiamentos a parceiros de negócio entretanto anulados e já faturados.

A rubrica de “Comissões de intermediação de seguros” respeita a comissões e valores de participação nos resultados a receber das companhias de seguros com quem a sociedade opera.

Em dezembro de 2011, o saldo da rubrica “Gestão de cartões” respeita a custos com a emissão e gestão de cartões de fidelidade faturados a parceiros de negócio.

A rubrica “Despesas com encargo diferido” compreende, nomeadamente, a especialização de contratos.

O saldo de “Valores cobrados - créditos a imputar” respeita a recebimentos efetuados nas agências, ainda não depositados no banco.

O saldo da rubrica “Impostos a receber” integra 861 mil euros transitados das sociedades incorporadas relativos aos valores que o Banco espera vir a receber no seguimento das impugnação judicial das liquidações

adicionais efetuadas pela Administração Fiscal na sequência de inspeções fiscais sobre os exercícios de 1997, 1998 e 1999. No exercício de 2008, as impugnações judiciais apresentadas pelo ex-Credifin foram consideradas totalmente procedentes. Contudo, foi interposto recurso pela Fazenda Pública.

Nota 13 – Passivos Financeiros Detidos para Negociação

Valores em EUR		31-12-2011	31-12-2010
Instrumentos Derivados de Negociação	Valor Nominal	Passivos	Passivos
Swaps	-	-	39.195
Total	-	-	39.195

A 31 de dezembro de 2011, a sociedade não detinha derivados de negociação.

Nota 14 – Recursos de Outras Instituições de crédito

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2010 é como segue:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Recursos de instituições de crédito no país		
Empréstimos de curto prazo	12.450.000	32.900.000
Outros recursos de instituições de crédito	287.523	2.727.406
Sub-total	12.737.523	35.627.406
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Empréstimos a curto prazo	158.203.000	245.061.000
Empréstimos a médio/longo prazo	837.340.000	736.620.000
Sub-total	995.543.000	981.681.000
Total Recursos de instituições de crédito	1.008.280.523	1.017.308.406
Encargos a pagar - Juros e encargos similares		
Juros e encargos de Outras Instituições de crédito	2.558.623	2.416.493
Sub-total	2.558.623	2.416.493
Total	1.010.839.146	1.019.724.899

O saldo da conta “Recursos de instituições de crédito no país - Empréstimos de curto prazo”, corresponde a tomadas de fundos de muito curto prazo.

O saldo de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro”, corresponde a financiamentos obtidos diretamente junto do BNP Paribas em França.

O saldo da conta “Recursos de instituições de crédito no país - outros recursos”, corresponde a saldos credores de contas de depósitos à ordem.

A sua decomposição por prazos residuais de vencimento é como segue:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Até 3 meses	184.526.523	259.663.406
De 3 meses a 1 ano	234.798.000	225.345.000
De 1 ano a 5 anos	546.293.000	494.460.000
Mais de 5 anos	42.663.000	37.840.000
Total	1.008.280.523	1.017.308.406

Nota 15 – Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica apresentava a seguinte estrutura a 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Recursos de Clientes e Outros Recursos		
Cauções em contratos de aluguer e outros	4.503.572	5.815.899
Total	4.503.572	5.815.899

A decomposição dos recursos de Clientes por prazos residuais é como se segue:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Até 3 meses	144.845	196.459
De 3 meses a 1 ano	804.625	888.721
De 1 ano a 5 anos	2.437.546	3.553.655
Mais de 5 anos	1.116.557	1.177.064
Total	4.503.572	5.815.899

Esta rubrica é composta por cauções de clientes.

Nota 16 – Derivados de Cobertura

Valores em EUR	31-12-2011		31-12-2010		
	Instrumentos Derivados de Cobertura	Valor Nocial	Passivos	Valor Nocial	Passivos
Swaps	51.100.000	649.558	102.500.000	2.367.103	
Total			649.558	2.367.103	

A 31 de dezembro de 2011, a sociedade detinha derivados de cobertura no montante de 51,1 milhões de euros, mensurados ao justo valor.

Nota 17 – Outros Passivos Subordinados

Com referência a 31 de dezembro de 2011 e de 2010 esta rubrica é composta pelos seguintes elementos:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Empréstimo subordinado	0	60.000.000
Juros	0	164.421
Total	0	60.164.421

No âmbito do financiamento da operação de aquisição de 100% do capital social da sociedade Cofinoga SGPS, S.A., foi contratado, em maio de 2009, um empréstimo subordinado junto da casa-mãe, inicialmente no montante de 150 milhões de euros.

Por deliberação da assembleia-geral realizada a 29 de dezembro de 2009 e com o prévio acordo do Banco de Portugal, foi

efetuada uma amortização parcial do referido empréstimo no montante de 90 milhões de euros. Simultaneamente, o Banco realizou um aumento de capital de 11.520.735 euros com um prémio de emissão das ações subscritas no valor de 78.479.265 euros.

Este empréstimo foi liquidado em 1 de agosto de 2011.

Nota 18 – Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, esta rubrica apresentava as seguintes componentes:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Credores diversos		
Pagamentos a parceiros em curso de apresentação bancária	1.964.575	1.387.874
Credores diversos - Clientes	8.891.053	7.584.757
Credores diversos - Seguradoras	2.047.849	3.472.640
Fornecedores Leasing/ALD	43.816	54.216
Credores diversos - Angariadores	3.738.355	2.568.398
Fornecedores diversos	777.824	2.666.136
Outros	52	27.939
Sub-total	17.463.524	17.761.960
Setor Público Administrativo		
Imposto de selo	930.322	1.138.975
Retenção de impostos na fonte	231.400	290.616
Contribuições para a Seg. Social	329.211	323.869
IVA a pagar	470.117	66.371
Restantes Impostos	-	107
Sub-total	1.961.050	1.819.938
Encargos a pagar		
por Gastos com o pessoal	3.414.375	3.349.375
Comissões a pagar	4.662.708	4.876.217
Publicidade a pagar	499.673	659.619
Por custos comerciais	883.518	973.911
Outros custos a pagar	3.504.834	6.938.463
Sub-total	12.965.108	16.797.585
Receitas c/ rendimento diferido		
comissões de seguro	426.599	547.552
outras receitas	-	36.296
Sub-total	426.599	583.848
Outras contas de regularização	1.076.721	145.785
Total	33.893.002	37.109.116

Com referência a 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a rubrica “Pagamentos a parceiros em curso de apresentação bancária” regista movimentos de passagem associados a transações de tesouraria regularizados nos dias seguintes.

A rubrica “Credores Diversos - clientes” corresponde a saldos credores originados por pagamentos antecipados ou pagamentos em

duplicado por parte de clientes.

A rubrica “Credores Diversos - seguradoras” compreende, essencialmente, os prémios cobrados, referentes ao mês de apresentação, a pagar às companhias de seguros.

A rubrica “Fornecedores Diversos” diz respeito à faturação de fornecimentos e serviços de terceiros.

A rubrica “Imposto de selo” refere-se ao imposto a pagar referente ao mês de dezembro decorrente, essencialmente, de operações de crédito.

Os valores de “Retenção de imposto na fonte” decorrem do processamento de remunerações e honorários do mês de dezembro.

O valor das “Contribuições para a Segurança Social” decorre igualmente do processamento de remunerações relativo ao mês de dezembro.

O valor de “IVA a pagar” respeita ao montante apurado no mês de novembro, a pagar em janeiro de 2011. O valor de “Encargos a pagar por Gastos com o pessoal” corresponde à estimativa de encargos com férias e subsídio

de férias, a liquidar em 2012, relativamente a direitos dos colaboradores adquiridos em 2011 e à estimativa de prémio de produtividade atribuída a colaboradores a liquidar no início do ano seguinte.

O valor de “Comissões a pagar” corresponde a incentivos a pagar a parceiros comerciais pela angariação de contratos de crédito.

O valor de “Publicidade a pagar” corresponde à utilização de meios publicitários referentes ao mês de dezembro.

O valor de “Outros custos a pagar” corresponde, na sua maior parte, aos valores ainda não pagos relativos a serviços diversos prestados por terceiros.

Nota 19 - Capital Social, Outras Reservas e Resultados Transitados

O capital de Euros 45.661.800 representado por 9.132.360 ações de valor nominal de 5 Euros cada, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Em junho de 2011 o Banco, com a concordância do Banco de Portugal, procedeu à transferência de 181 milhões de Euros da rubrica de Prémios de Emissão para a rubrica de Resultados Transitados, para cobrir a reserva negativa de fusão que resultou da fusão por incorporação das sociedades pertencentes ao universo Cofinoga (Portugal) ocorrida em janeiro de

2010.

No primeiro semestre de 2011 foram distribuídos dividendos aos acionistas no montante de 14 703 milhares de euros (em 2010 foram distribuídos 1 644 milhares de euros), tendo em dezembro de 2011 sido efetuada uma distribuição adicional de resultados transitados no valor de 14 977 milhares de euros.

Os acionistas do Banco a 31 de dezembro 2011 e de 2010 são os seguintes:

Valores em EUR	31-12-2011		31-12-2010	
	N.º Ações	% Capital	N.º Ações	% Capital
BNP Paribas Personal Finance (França)	9.132.357	99,99997%	9.132.357	99,99997%
BNP Paribas (França)	1	0,00001%	1	0,00001%
Cetelem Expansion (França)	1	0,00001%	1	0,00001%
Leval 3 (França)	1	0,00001%	1	0,00001%
Total	9.132.360		9.132.360	100,00000%

Nota 20 – Juros e Rendimentos Similares

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Juros de crédito concedido	127.326.301	138.787.619
Juros de disponibilidades - D. O	6.335	2.208
Juros de aplicações em instituições de crédito	79.866	63.499
Juros indemnizatórios - DGCI	40.752	6.118
Comissões - Despesas de contrato	8.564.457	5.317.040
Total	136.017.711	144.176.484

O valor das Comissões debitadas a clientes a título de Despesas de Formalização ocorre no momento da concessão de crédito, sendo

reconhecidas em resultados na proporção de reconhecimento dos respetivos juros.

Nota 21 – Juros e Encargos Similares

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Juros de instituições de crédito no país		
Juros de empréstimos MLP	-	-
Juros de empréstimos CP	12.497	-
Juros de empréstimos D.O.	4.598	10.690
Sub-total	17.095	10.690
Juros de instituições de crédito no estrangeiro		
Juros de empréstimos CP	2.412.820	2.696.657
Juros de empréstimos MLP	25.597.730	24.523.265
Sub-total	28.010.551	27.219.922
Juros de passivos subordinados	1.106.441	1.661.196
Juros de passivos financeiros de negociação	29.643	296.453
Juros de derivados de cobertura	1.588.766	4.667.127
Outros juros	8.974	-
Encargos com Comissões s/ Operações Crédito	15.652.028	15.005.033
Total	46.413.497	48.860.421

O saldo de juros de instituições de crédito no estrangeiro corresponde exclusivamente a juros de empréstimos contraídos junto do BNP Paribas em França.

O valor dos Encargos com Comissões s/ Operações de Crédito regista o valor de remuneração liquidado a parceiros de negócio a título de intermediação na angariação de contratos de crédito, encontrando-se esta rubrica reconhecida em resultados em função da duração dos respetivos créditos.

Em 2010, acrescia o valor de 1 661 196 euros relativo aos encargos suportados com o

empréstimo subordinado contratado junto da casa-mãe, em França, no quadro da aquisição da participação da Cofinoga, SGPS, efetivada em 29 de maio de 2009. Este empréstimo, inicialmente de 150 milhões de euros, foi reembolsado parcialmente no final de 2009, reduzindo-se nessa altura para 60 milhões de euros. No dia 01 de agosto de 2011 este instrumento financeiro foi integralmente reembolsado.

Os derivados são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas através de resultados.

Nota 22 – Rendimentos de Instrumentos de Capital

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Participação Effico	50.799	-
Participação Entidades Não Residentes	-	-
Total	50.799	-

O resultado desta rubrica em 2011 corresponde na íntegra à distribuição de resultados relativos a 2010 pela sociedade Effico, na parte proporcional à participação detida (15%). Em 2010 esta sociedade não procedeu à distribuição de dividendos.

Nota 23 – Rendimentos de serviços e Comissões

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Comissões		
Angariação de seguros	18.290.377	16.707.294
Gestão de cartões - crédito	4.722.444	4.036.553
Anuidades - cartão de crédito	1.742.466	1.838.479
Gestão de cartões - fidelização	1.046.896	1.466.104
Mastercard	678.007	631.663
Outras comissões	57.930	42.060
Total	26.538.121	24.722.153

A rubrica de comissões “Por angariação de seguros” refere-se a comissões recebidas como contrapartida da angariação de contratos de seguro associados aos contratos de crédito. A rubrica “Gestão de cartões - crédito” refere-se, designadamente, às comissões recebidas de parceiros de negócio pela concessão de crédito sem juros dentro dos cartões de crédito das insígnias.

A rubrica de “Anuidades” refere-se à cobrança de anuidades dos cartões de crédito.

A rubrica “Gestão de cartões - fidelização” refere-se, designadamente, às comissões recebidas de parceiros de negócio pela gestão da fidelização associada aos cartões das insígnias.

A rubrica “Mastercard” refere-se a comissões recebidas pela utilização de cartões associados a esta Rede.

A rubrica de “Outras comissões” corresponde a comissões por antecipação de financiamentos a angariadores de crédito.

Nota 24 - Encargos com serviços e Comissões

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Comissões por:		
Compromissos assumidos por terceiros	-	556.956
Serviços bancários	1.869.947	3.061.905
Outras comissões	777.860	819.736
Total	2.647.807	4.438.597

O valor registado na rubrica “Por Compromissos Assumidos por Terceiros” corresponde aos encargos assumidos com linhas de crédito irrevogáveis contratadas junto do Grupo, em França.

A rubrica “serviços bancários” integra

principalmente os débitos bancários relacionados com cobranças de mensalidades de crédito concedido.

A rubrica de “Outras comissões” refere-se a comissões pagas a parceiros pela angariação de contratos de crédito ao consumo.

Nota 25 – Resultados de Ativos e Passivos Avaliados ao Justo Valor

As referidas rubricas, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, são detalhadas como segue:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Rendimentos		
Ganhos em ativos financeiros detidos para negociação (swaps)	64.986	455.676
Ganhos em derivados de cobertura (swaps)	1.743.138	3.215.972
Créditos e outros valores a receber	-	-
Sub-total	1.808.124	3.671.648
Gastos		
Perdas em ativos financeiros detidos para negociação (swaps)	35.385	191.364
Perdas em derivados de cobertura (swaps)	1.743.138	3.215.618
Sub-total	1.778.523	3.406.982
Total	29.601	264.666

Nota 26 – Resultados Reavaliação Cambial (Líquido)

As referidas rubricas, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, são detalhadas como segue:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Rendimentos		
Ganhos em diferenças cambiais	418	190
Sub-total	418	190
Gastos		
Perdas em diferenças cambiais	535	1.961
Sub-total	535	1.961
Total	(118)	(1.771)

Nota 27 – Resultados de Alienação de outros ativos

As referidas rubricas, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, são detalhadas como segue:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Rendimentos		
Ganhos na alienação de ativos não correntes detidos para venda	50.140	67.471
Mais-valias na venda de ativos fixos tangíveis	162.553	162.340
Sub-total	212.693	229.811
Gastos		
Perdas na alienação de ativos não correntes detidos para venda	745.541	702.762
Menos-valias na venda de ativos fixos tangíveis	-	-
Sub-total	745.541	702.762
Total	(532.848)	(472.951)

O resultado desta rubrica refere-se principalmente aos resultados negativos obtidos com a alienação dos ativos obtidos por recuperação de crédito.

Nota 28 – Outros Resultados de Exploração

As referidas rubricas, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, são detalhadas como segue:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Rendimentos		
Outros rendimentos associados à gestão de dossiers	16.077.709	12.902.969
Recuperação de créditos incobráveis	3.109.637	3.001.294
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	526.110	2.711.868
Outros Serviços Prestados	49.179	94.371
Outros rendimentos	-	980
Sub-total	19.762.635	18.711.482
Gastos		
Imposto do selo pago	-	-
Outros impostos		
Impostos indiretos	67.542	65.455
Impostos diretos	-	5.284
Quotizações e Donativos	18.132	24.750
Fundo de Garantia de Depósitos	17.500	17.500
Outros gastos	250.775	779.086
Sub-total	353.948	892.075
Total	19.408.686	17.819.407

A rubrica “Outros rendimentos associados à gestão de dossiers” compreende as Comissão de processamento de prestação em Atraso nos pagamentos e de reembolso antecipado dos créditos. Esta rubrica inclui igualmente outras comissões relacionadas com a atividade de concessão de crédito.

A rubrica “Recuperação de créditos incobráveis” regista a recuperação de valores relativa aos créditos que haviam sido

considerados irrecuperáveis, na sequência das operações de Write-off efetuadas.

A rubrica “Outros Serviços Prestados” compreende essencialmente a faturação à Effico de serviços de gestão administrativa e de pessoal.

A rubrica “Impostos indiretos” diz respeito, maioritariamente, a Imposto do Selo sobre Livranças.

Nota 29 – Custos com o Pessoal

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR

	31-12-2011			31.12.2010		
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Salários e vencimentos						
Remunerações dos órgãos de gestão						
Conselho Fiscal						
Carlos Alberto Domingues Ferraz	10.010	-	10.010	10.010		10.010
Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão	5.100	-	5.100	4.088		4.088
Administradores						
António Miguel Vieira Galvão Cabaça	92.131	46.666	138.797	108.060	28.000	136.060
Susana Isabel Ribeiro da Silva Godinho A. Ferreira	77.075	13.500	90.575	75.636	9.750	85.386
Serge Leon Maurice Le Bolès	57.840	-	57.840	-	-	-
Comité Executivo/ de Direção	903.238	146.625	1.049.863	821.320	83.985	905.305
Compliance	77.897	4.833	82.730	89.090	8.275	97.365
Gestão de riscos	70.140	6.777	76.917	77.925	7.359	85.284
Auditoria Interna	41.650	6.000	47.650	38.778	1.666	40.444
Remunerações dos restantes colaboradores	13.278.745	822.659	14.101.404	12.692.614	770.043	13.462.657
Sub-total	14.613.826	1.047.060	15.660.886	13.917.520	909.078	14.826.598
Encargos sociais obrigatórios						
Segurança Social	3.117.627	-	3.117.627	2.921.602	-	2.921.602
Outros encargos	79.787	-	79.787	98.484	-	98.484
Sub-total	3.197.413	-	3.197.413	3.020.086	-	3.020.086
Outros custos com o pessoal						
Seguros de saúde e de vida	413.537	-	413.537	448.138	-	448.138
Outros	506.404	-	506.404	522.894	-	522.894
Sub-total	919.941	-	919.941	971.032	-	971.032
Total de Custos com Pessoal	18.731.180	1.047.060	19.778.240	17.908.638	909.078	18.817.716

O efetivo médio de colaboradores ventilados por categorias profissionais distribui-se da seguinte forma:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Funções de Direção	13	14
Funções Técnicas e Especializadas	622	662
Funções Administrativas	15	16
	650	692

Admissões de Colaboradores de acordo com a definição do art. 2º do Aviso do Banco de Portugal nº10/2011.

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Conselho Fiscal	1	-
Administradores	1	-
Comité Executivo/ de Direção	2	1
Compliance	1	-
	5	1

Demissões de Colaboradores e indemnizações pagas de acordo com a definição do art. 2º do Aviso do Banco de Portugal nº10/2011.

Valores em EUR	31-12-2011		31-12-2011	
	N.º Colaboradores	Valor indemnização	N.º Colaboradores	Valor indemnização
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Administradores	-	-	-	-
Comité Executivo/ de Direção	1	69.450	-	-
Compliance	-	-	-	-
	1	69.450	-	-

Nota 30 – Gastos Gerais Administrativos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Fornecimento de terceiros		
Água, energia e combustíveis	658.689	587.613
Impressos e material de consumo corrente	1.912.642	1.876.142
Outros fornecimentos de terceiros	74.856	71.946
Sub-total	2.646.187	2.535.701
Serviços de terceiros		
Rendas e alugueres	2.826.778	3.167.374
Comunicações e despesas de expedição	6.139.813	7.307.535
Deslocações, estadas e representação	684.642	829.105
Publicidade	3.873.052	4.615.072
Conservação e reparação	1.586.995	1.419.436
Transporte valores	65.548	67.270
Formação de pessoal	265.019	240.921
Seguros	41.629	95.612
Avenças e Honorários	4.777.045	4.080.162
Contencioso e Notariado	1.383.491	853.533
Subcontratação informática	4.720.772	8.428.397
Segurança e vigilância	39.479	101.134
Limpeza instalações	154.753	159.198
Informações comerciais	712.307	615.988
Serviços de impressão gráfica	188.766	424.686
Subcontratação de pessoal	1.021.354	1.587.439
Serviços especializados de cobrança	26.275	84.427
Outros serviços especializados	4.728.499	4.678.000
Outros serviços de terceiros	59.200	187.601
Sub-total	33.295.417	38.942.890
Total	35.941.604	41.478.591

Destacam-se as seguintes rubricas, com valores mais significativos:

- i) A rubrica “Comunicações e despesas de expedição” compreende cerca de 3 511 mil euros (2010: 4 636 mil euros) de custos com correio e os restantes cerca de 2 628 mil euros de custos com comunicações;
- ii) A rubrica “Publicidade” integra, nomeadamente, custos com ações promocionais e material publicitário;
- iii) A rubrica “Avenças e Honorários” compreende, essencialmente, prestações de serviços de advogados e solicitadores, a maior parte delas relacionadas com a recuperação judicial dos créditos em contencioso;
- iv) A rubrica “Subcontratação informática” regista, essencialmente, custos com a utilização de meios informáticos;
- v) A rubrica “Informações comerciais” regista os custos com consultas de bases de dados da Credinformações e do Banco de Portugal;
- vi) A rubrica “Serviços de impressão gráfica”

inclui, essencialmente, valores referentes a impressão e envelopagem de mailings;

vii) A rubrica “Outros serviços especializados”

inclui, essencialmente, serviços de gestão de crédito prestados pela sociedade Effico, serviços de cobrança presencial e serviços de Outsourcing.

Nota 31. Compromissos Extrapatrimoniais

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão registados os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Compromissos perante terceiros		
Compromissos revogáveis	624.943.199	561.926.753
Sub-total	624.943.199	561.926.753
Compromissos assumidos por terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	18.762.477	4.235.970
Refinanciamento contratado	45.577.000	-
Sub-total	64.339.477	4.235.970
Total	689.282.676	566.162.723

Os compromissos revogáveis perante terceiros representam o montante disponível de crédito não utilizado, sobre as linhas de financiamento contratualizadas com os clientes.

As linhas de crédito irrevogáveis refletem os plafonds contratualizados com instituições

bancárias que não se encontram utilizadas pelo banco BNP Paribas Personal Finance S.A..

O refinanciamento contratado refere-se aos montantes de financiamento contratualizados com o Grupo para utilização no mês seguinte.

Nota 32 – Transações com Partes Relacionadas

Resumem-se como se segue os saldos, relativos às transações verificadas com partes relacionadas:

Valores em EUR

Balanço	31-12-2011	31-12-2010
Ativos		
Ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados		
BNP Sucursal Lisboa - Aplicações em Instituições de Crédito	-	-
BNP Paribas Personal Finance - Aplicações em Instituições de Crédito Estrangeiro	-	-
Imobilizado		
Laser Symag, S.A.	-	140.136
Outros ativos		
Cardif	6.509.816	(7.148)
Cetelem América	6.766	32.220
Cetelem Argentina	-	-
Effico - Gestão de Clientes e Recuperação de Ativos, S.A.	-	64.013
BNP Paribas, S.A.	515	-
BNP Paribas Personal Finance, S.A.	13.853	-
Total ativos	6.530.951	229.221
Passivos		
Passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados		
BNP Paribas - instrumentos financeiros derivados	-	39.155
Empréstimos		
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Empréstimos	12.737.523	34.863.376
BNP Paribas, S.A.	995.543.000	981.681.000
BNP Paribas Personal Finance, S.A. - Empréstimos subordinados	-	60.000.000
Juros a pagar		
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Empréstimos	899	886
BNP Paribas, S.A.	2.557.724	2.415.606
BNP Paribas Personal Finance, S.A. - Empréstimos subordinados	-	164.421
Outros Passivos		
Effico - Gestão de Clientes e Recuperação de Ativos, S.A.	-	-
Cardif	(1.945.481)	(5.278.553)
Arval PHH, S.A.	(6.421)	-
BNP Sucursal Lisboa	(148)	-
Laser, S.A.	-	-
Total Passivos	1.008.887.245	1.073.885.891
Extrapatrimoniais		
Linhas de crédito		
BNP Paribas	62.839.477	-
Derivados - valor nocional		
BNP Paribas - instrumentos financeiros derivados	17.600.000	34.600.000
Total Extrapatrimoniais	80.439.477	34.600.000

Valores em EUR

Demonstração de Rendimentos

31-12-2011

31-12-2010

Rendimentos

Juros e proveitos equiparados

BNP Paribas - instrumentos financeiros privados	-	-
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros Credores	79.445	37.223
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros Depósitos a Prazo	-	24.275
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros Depósitos à Ordem	408	-

Seguros

Cardif	15.980.665	11.929.951
--------	------------	------------

Rendimentos de Instrumentos de Capital

Effico - Gestão de Clientes e Recuperação de Ativos, S.A.	50.799	-
---	--------	---

Total Rendimentos**16.111.317****11.991.449**

Gastos

Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

BNP Paribas - derivados	25.731	-
-------------------------	--------	---

Juros e encargos equiparados

BNP Paribas - empréstimos	28.010.551	27.203.927
BNP Paribas - instrumentos financeiros derivados	652.843	1.185.258
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros D.O.	912	4.216
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros Empréstimos	12.497	15.994
BNP Paribas Personal Finance, S.A. - Empréstimos subordinados	1.106.441	1.661.196

Outras Comissões Pagas

BNP Paribas Sucursal Lisboa	30.794	92.461
-----------------------------	--------	--------

Custos Informáticos / Outros

Leval Developpement	795.861	887.468
BNP Paribas Personal Finance	1.314.382	467.754
Laser Symag, S.A.	146.965	126.484

Gastos Gerais Administrativos

Effico - Gestão de Clientes e Recuperação de Ativos, S.A.	926.494	1.143.583
Arval Service Lease, S.A.	983.841	594.311

Total Gastos**34.007.312****33.382.652**

A totalidade do financiamento externo é efetuado junto do BNP Paribas, pelo que a rubrica “Juros e encargos equiparados - Passivos Financeiros”, é essencialmente constituída pelos juros destas operações.

Da mesma forma, a quase totalidade da gestão de seguros encontra-se a cargo da Cardif (constituída pelas entidades Cardif Vie e Cardif - Risques Divers), pelo que a rubrica “Comissões - por angariação de Seguros” é essencialmente constituída pelas comissões pagas por essas entidades.

No período em análise, a Effico prestou ao

Banco serviços de recuperação de créditos por créditos por cuja gestão faturou 926 milhares Euros.

A gestão da frota automóvel do Banco Cetelem encontra-se igualmente a cargo de uma entidade do Grupo, entidade do Grupo, a Arval Service Lease, S.A., por cujos serviços faturou cerca de 984 milhares euros.

Os custos de utilização de meios e serviços informáticos, debitados pela casa-mãe, em França, e pela LaSer (entidade relacionada) ascenderam a cerca de 1 461 milhares de Euros.



Nota 33. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Em conformidade com o artº 4º do capítulo III da Norma regulamentar nº 15/2009 de 30 de dezembro emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, com o título “Relato Financeiro dos

mediadores de Seguros ou de Resseguros”, o Banco apresenta a informação detalhada pelas seguintes rubricas:

Políticas contabilísticas

Conforme descrito no ponto 2.7 das notas anexas, o reconhecimento de rendimentos relativos à atividade de mediação de seguros respeita o regime contabilístico do acréscimo. De acordo com este regime, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos aquando da sua ocorrência e não aquando do seu recebimento ou pagamento,

sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras nos períodos com os quais se relacionam.

O reconhecimento do rédito, conforme disposto na IAS 18, é assegurado pelo recurso a estimativas de rendimentos, nos casos em que o seu apuramento não se encontre faturado.

Remunerações relativas a Contratos de Seguros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as remunerações provenientes da atividade de seguros apresentam os seguintes valores,

desagregadas entre atividade do ramo vida e não vida:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
RAMO VIDA		
Cardif - Assurance Vie	10.926.898	9.684.523
Companhia Seguros Açoreana, S.A.	5.752	12.685
ALICO - AIG LIFE	113.688	252.688
GE Financial Assurance	634.732	134.375
Sub-total	11.681.070	10.084.271
RAMO NÃO VIDA		
Cardif - Assurance Risques Dive	5.053.767	4.770.912
Companhia Seguros Açoreana, S.A.		792
Card Protection Plan, Sucursal	147.230	224.715
ALICO - AIG LIFE	1.408.310	1.038.496
GE Financial Assurance		546.743
Chartis Europe S.A. Sucursal em Portugal		41.366
Sub-total	6.609.306	6.623.024
Total	18.290.377	16.707.294

Todas as remunerações recebidas têm a natureza de numerário e, quanto à sua

tipologia, são classificadas como comissões.

Níveis de concentração de empresas de seguros

A seguradora CARDIF, enquanto companhia de seguros do Grupo, apresenta em 2011 um nível de concentração de 87% (igual a 2010), determinado pelo rácio de rendimentos totais da seguradora sobre o valor total de rendimentos de seguros reconhecidos pelo Banco.

Valores das contas de clientes e volume de prémios

O valor de prémios cobrados por conta das sociedades de seguros ascendeu em 2011 e 2010 aos seguintes valores:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Cardif - Assurance Vie	17.993.709	13.116.642
Cardif - Assurances Risques Divers	6.195.609	5.525.368
Companhia Seguros Açoreana, S.A.	14.377	32.701
Card Protection Plan, Sucursal	467.693	587.818
ALICO - AIG LIFE	1.943.001	685.398
GE Financial Assurance	1.041.439	362.523
Chartis Europe S.A. Sucursal em Portugal	93.468	3.535.182
Total	27.749.296	23.845.632

As contas correntes de clientes não apresentavam saldo no final de cada período.

Valores em contas a receber - sociedades de seguros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos das contas correntes das sociedades de seguros apresentam os seguintes valores a receber:

Valores em EUR	31-12-2011	31-12-2010
Cardif - Assurance Vie	164.557	2.309.095
Cardif - Assurances Risques Divers	70.524	581.303
Companhia Seguros Açoreana, S.A.	-	2.321
Card Protection Plan, Sucursal	-	-
ALICO - AIG LIFE	305.816	344.894
GE Financial Assurance	82.424	180.204
Chartis Europe S.A. Sucursal em Portugal	37.353	54.822
Total	660.674	3.472.640

Restantes Informações previstas no DR 15/2009

É entendimento do Banco que as restantes divulgações previstas no Decreto-regulamentar 15/2009 não são aplicáveis a esta instituição.

4. Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 1 209 816 656 euros e um total de capital próprio de 136 196 154 euros, incluindo um resultado líquido de 26 004 108 euros), a Demonstração dos resultados e do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA") emitidas pelo Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adoptadas na União Europeia, com as excepções referidas nos Avisos nº 1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação,

RUA GENERAL FIRMINO MIGUEL 3, TORRE 2, 1º - 1600-100 LISBOA PORTUGAL
TEL: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: mazarslisboa@mazars.pt
RUA DO CAMPO ALEGRE 830, 3º S14 - 4150-171 PORTO PORTUGAL
TEL: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: mazarsporto@mazars.pt

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
INSCRIÇÃO Nº 51 NA ORD. - REGISTADA NA CMMVM SOB O Nº 1254 - NIPC 502 107 251 - CAPITAL SOCIAL 112.000,00 EUROS - CRC LISBOA

Praxity
MEMBER
SECURE ALLIANCE OF
INDEPENDENT FIRMS


MAZARS

tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, SA** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte: a sociedade adquirira, em Maio de 2009, participação financeira correspondente à totalidade do capital da sociedade Cofinoga (Portugal), SGPS, S.A, tendo sido entretanto operada, por escritura de 27 de Janeiro de 2010, a fusão entre estas sociedades, em função do que foi apurada reserva negativa de fusão, no montante de cerca de 181 milhões de euros, a qual foi directamente reflectida por contrapartida de dedução ao Capital próprio. No exercício de 2011, foi efectuada transferência da rubrica Prémios de emissão, nesse montante, para cobertura de tal reserva negativa de fusão.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de Março de 2012



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada pelo Dr. Leonel Manuel Dias Vicente (Revisor Oficial de Contas n.º 963)

5. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

A handwritten signature in black ink, appearing to be "D. J.", located in the upper right corner of the page.

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido pela Assembleia Geral de 2011.03.31, vimos apresentar-vos o relatório da nossa actividade e o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas do *BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, S.A.*, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Relatório de Gestão contém exposição fiel e clara sobre a evolução dos negócios, numa análise equilibrada e global do desempenho e dos seus resultados e da posição da Sociedade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta (tendo em conta as categorias definidas pelo regulador), com referência aos montantes inscritos nas contas do exercício e explicações adicionais relativas a esses montantes.

A análise feita abrange tanto os aspectos financeiros como referências de desempenho não financeiras relevantes para as actividades específicas da Sociedade, incluindo informações sobre responsabilidade social e ambiental, qualidade e questões relativas aos trabalhadores.

Abrange, também, condições do mercado, investimento, custos, proveitos e actividades de investigação e desenvolvimento.

Indica, ainda, implicitamente os fatos relevantes ocorridos após o termo do exercício na referência à evolução previsível. Cumpru-se, ainda, o recente Aviso do regulador quanto a políticas e práticas de remuneração.

Procurámos acompanhar a envolvente que, aliás, é bem descrita no Relatório de Gestão, quer no geral, quer no sector (e subsectores) em que a Sociedade atuou.

A conjuntura vivida e bem descrita e as perspectivas do que aí vem são delicadas e sombrias. Dependem da envolvente sobretudo nacional e europeia, mas também internacional, que a era é de mais e maior globalização. Como pequenos agentes económicos que somos a essa escala, temos que nos adaptar, pois – já Darwin o reconhecia – é a capacidade de adaptação o mais fundamental para a sobrevivência e em cada crise há ameaças fortes mas também oportunidades a aproveitar.

O desempenho no exercício em apreço foi excepcional, em termos materiais e não só. Com o agravamento esperado, difícil será repetir o feito.

1/4

Pp11002



A atividade do crédito ao consumo é especialmente delicada nestas circunstâncias e tem que ser equilibrada e harmoniosamente contemplar vertentes contraditórias, como seja satisfazer realisticamente as necessidades sociais (que se agravam nestes períodos) com o "interesse da sociedade, atendendo aos interesses de longo prazo dos sócios e ponderando os interesses dos outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade da sociedade, tais como os seus ... clientes ...", para aproveitarmos o dizer do legislador comercial.

Se o crédito ao consumo tem raízes antigas (desde o "rol de fiados" – histórica instituição - até às "letras de prestações"), sendo instrumento de vendas e negócio em si próprio, há que atender à responsabilidade social para evitar reações inconvenientes e garantir a sustentabilidade a prazo, desempenhando o seu papel social, com reconhecimento dos seus clientes e da sociedade em que se insere. Só assim cria, mantém e expande a prazo o seu mercado próprio. É a tênue fronteira entre o justo juro e a vil usura.

Note-se que a instituição tem assumido a sua responsabilidade social, destacando-se o sítio www.creditoresponsavel.com e "O Observador Cetelem", bem como as instruções existentes para a recuperação de créditos, onde há que separar o trigo do joio.

Nestes ambientes e nos tempos atuais, bem andou a Administração em explicitar a ética e os valores fixando oportunamente:

"A nossa missão:

- ▶ Ajudar os clientes a realizar os seus projectos, com condições financeiras adaptadas às suas necessidades e ao seu orçamento familiar;
- ▶ Preservar o seu futuro e a sua capacidade de investir;
- ▶ Ser o seu **conselheiro permanente**, mantendo uma relação de fidelidade.

Os nossos valores:

- ▶ 3 valores éticos: responsabilidade, rigor, transparência.
- ▶ 3 valores de serviço: inovação, consideração, proximidade."

E, no mesmo sentido, afirmar e detalhar tais valores no prestimoso "Código de Conduta" da Instituição.

Oportunamente, emitiu este Conselho o seu Parecer sobre o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno e procurou acompanhar as observações feitas pelo Banco de Portugal, na sua qualidade de regulador.

O Conselho procurou supervisionar a Administração da Sociedade e os seus Serviços, bem como a

2/4

PP11002



Revisão de Contas, nomeadamente aos documentos de prestação de contas, fiscalizou a independência do Revisor Oficial de Contas e tomou conhecimento da "Certificação Legal das Contas" por este emitida e que mereceu a nossa inteira concordância. Assim, reunimos regularmente com a Administração, bem como com o órgão "Revisor Oficial de Contas", acompanhámos periodicamente as contas intercalares e demais instrumentos de gestão, procedemos ao estudo de leis, normas, regulamentos e documentos internos, efetuámos observações e fizemos indagações, com proveitosos debates, junto de quadros de topo. Conferimos o cumprimento das principais obrigações legais externas, nomeadamente para com o regulador.

No final dos trabalhos, o Conselho verificou os documentos de prestação de contas, assim como as políticas contabilísticas (explicitadas na nota 2 do Anexo) e tem vindo a acompanhar o processo de preparação e de divulgação da informação financeira.

Durante o exercício não tomámos conhecimento de irregularidades ou inexactidões que devamos levar ao vosso conhecimento, tendo-nos sido prestados todos os esclarecimentos de que necessitámos; pelo apoio que recebemos no desempenho das nossas funções aqui expressamos os nossos agradecimentos.

Após a Assembleia eleitoral verificaram-se as renúncias do Administrador-Delegado e do membro suplente deste Conselho-Fiscal e para este Conselho foi eleito novo membro suplente e cooptado um novo administrador - em quem o Conselho delegou competências - o qual foi ratificado.

De acordo com as vossas deliberações em Assembleia e conforme é detalhado na nota 19 do Anexo e consta da Demonstração de Alterações dos Capitais Próprios, cobriu-se a reserva negativa de fusão pela dos Prémios de Emissão, bem como distribuíram-se resultados.

Não existem ações próprias e não se verificam negócios entre a Sociedade e os seus administradores. Não houve operações de cobertura. A Sociedade tem instalações em Lisboa e em Gaia.

A proposta de aplicação de resultados incluída no Relatório de Gestão terá por fundamentação cumprir as disposições legais pertinentes, remunerar o capital e reforçar os resultados transitados, sendo a última uma recomendação genérica para a Banca feita pelo regulador.

Tendo-nos sido presentes os documentos de prestação de contas, que satisfazem as disposições legais e estatutárias, e contêm a proposta de aplicação de resultados e atendendo à citada "Certificação Legal das Contas" e às suas conclusões, envolvendo dentro do âmbito aí referido, a verificação da

3/4

pg11002



concordância da informação financeira constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras e exprimindo a opinião de que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira em 2011.12.31 e o resultado das operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, no exercício, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector financeiro,

Somos de parecer que:

- merecem aprovação o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações do Rendimento Integral, dos Fluxos de Caixa e de Alterações dos Capitais Próprios e as correspondentes Notas;
- merece aprovação a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração;

e propomos:

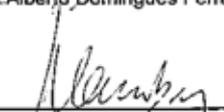
- votos de confiança no Conselho de Administração – em todos e em cada um dos seus membros – e no Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 455º do C.S.C..

Lisboa, 12 de março de 2012

O CONSELHO FISCAL



Carlos Alberto Domingues Ferraz, Presidente



Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão



Juan Carlos Prieto

4/4

PG11002



BNP PARIBAS
PERSONAL FINANCE

